

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE
NÍVEL MÉDIO (PPCTM)

CURSO TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

CAMPUS VIDEIRA

VIDEIRA/SC
07/2022

SÔNIA REGINA DE SOUZA FERNANDES
REITORA

JOSEFA SUREK DE SOUZA
PRÓ-REITORA DE ENSINO

JAQUIEL SALVI FERNANDES
DIRETOR GERAL DO CAMPUS

JOSY ALVARENGA CARVALHO GARDIN
DIRETORA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO CAMPUS

MARCOS ROBERTO MESQUITA
COORDENADOR DO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO

NDB DO CURSO
EVERSON WILLIAN BATISTA
ELIANA TERESINHA QUARTIERO
JACOB MICHELS
JOÃO HEMKEMAIER
JUCIARA RAMOS CORDEIRO
LEONARDO RODRIGUES THOMAZ BRIDI
MARCOS ROBERTO MESQUITA
MARIAH RAUSH PEREIRA

COLEGIADO DO CURSO
EVERSON WILLIAN BATISTA
ELIANA TERESINHA QUARTIERO
JACOB MICHELS
KATIA PUFF - discente
LEONARDO RODRIGUES THOMAZ BRIDI
MARCOS ROBERTO MESQUITA
MARIAH RAUSH PEREIRA

SUMÁRIO

1. Detalhamento do curso.....	5
1.1 Denominação do Curso.....	5
1.2 Titulação do curso.....	5
1.3 Local de funcionamento.....	5
1.4 Forma.....	5
1.5 Modalidade.....	5
1.6 Eixo Tecnológico.....	5
1.7 Ato de Criação do curso.....	5
1.8 Quantidade de Vagas.....	5
1.9 Turno de oferta.....	5
1.10 Regime Letivo.....	5
1.11 Regime de Matrícula.....	5
1.12 Carga horária total do curso.....	5
1.13 Carga horária total do curso com Curricular Supervisionado obrigatório.....	5
1.14 Tempo de duração do Curso.....	6
1.15 Periodicidade de oferta.....	6
1.16 Legislação.....	7
2. Contexto educacional.....	8
2.1. Histórico da Instituição.....	8
2.2. Justificativa de oferta do curso.....	11
2.3. Princípios Filosóficos e Pedagógicos do curso.....	13
2.4. Objetivos do curso (Geral e Específico).....	19
2.4.1 Objetivo Geral.....	19
2.4.2 Objetivo Específicos.....	20
2.5. Requisitos e formas de acesso.....	20
3. Políticas institucionais no âmbito do curso.....	20
3.1. Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão.....	20
3.1.1 Políticas de Ensino.....	20
3.1.2 Políticas de Extensão.....	22
3.1.3 Políticas de pesquisa.....	23
3.2. Política de Atendimento ao Estudante.....	24
4. Organização didático-pedagógico.....	25
4.1. Perfil do Egresso.....	25
4.1.1 Conhecimentos da área do saber.....	26

4.2. Organização curricular	27
4.2.1 Interdisciplinaridade, Integração, Intersecção Curricular e Temas Transversais	27
4.2.2. Curricularização da pesquisa e extensão.....	28
4.2.3. Prática Profissional	31
4.2.4. Estágio Curricular obrigatório	32
4.3 Atividades Não Presenciais (EaD).....	33
4.5. Matriz Curricular.....	34
4.5.1. Componentes optativos	35
4.6. Avaliação	35
4.6.1. Recuperação paralela	37
4.6.2 Sistema de avaliação do curso (auto-avaliação realizada pelo NDB/NDE e/ou colegiado e avaliação realizada pela CPA)	37
4.7 Ementário	38
4.7.1 Componente curriculares obrigatórios	38
4.7.2. Ementas dos componentes optativos.....	56
4.8 Expedição de Diploma e Certificados.....	57
5. Corpo docente e técnico administrativo em educação	57
5.1. Corpo docente	57
5.2. Coordenação de curso	58
5.3. NDB	58
5.4. Colegiado	59
5.5. Corpo Técnico Administrativo em Educação	60
5.6. Políticas de Capacitação para Docentes e Técnicos Administrativos em Educação	63
6. Instalações físicas.....	63
6.1. Biblioteca	63
6.2. Áreas de ensino específicas.....	63
6.3. Área de esporte e convivência	64
6.4. Área de atendimento ao estudante	65
7. Referências.....	66

1. Detalhamento do curso	
1.1 Denominação do Curso	
CURSO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO SUBSEQUENTE EM SEGURANÇA DO TRABALHO	
1.2 Titulação do curso	Técnico em Segurança do Trabalho
1.3 Local de funcionamento	CNPJ: 10.635.424/0007-71 Razão Social: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE - CAMPUS VIDEIRA. Esfera Administrativa: Federal Endereço: Rodovia SC 135, km 125, S/No, Bairro Campo Experimental, CEP: 89560-000 – Videira, SC, Brasil. Telefone/Fax: (49) 3533-4900 E-mail de contato: campusvideira@ifc.edu.br Site da Unidade: http://www.videira.ifc.edu.br
1.4 Forma	Presencial
1.5 Modalidade	Subsequente
1.6 Eixo Tecnológico	Segurança
1.7 Ato de Criação do curso	Resolução Ad Referendum nº 011/Conselho Superior / 21/06/2010.
1.8 Quantidade de Vagas	40
1.9 Turno de oferta	Noturno
1.10 Regime Letivo	Semestral
1.11 Regime de Matrícula	Matrícula inicial e rematrícula semestral, de acordo com normatização própria. Duração mínima de 2 (dois anos).
1.12 Carga horária total do curso	1230 horas relógio
1.13 Carga horária total do curso com Curricular Supervisionado obrigatório	1360 horas relógio

1.14 Tempo de duração do Curso	2 anos
1.15 Periodicidade de oferta	Anual

1.16 Legislação	<p>Lei nº 9.394 de 20/12/1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação;</p> <p>Resolução CNE/CEB Nº 3/2018 que define Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Profissionais Técnicos de Nível Médio; Parecer CNE/CEB Nº 01/2021 sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;</p> <p>Decreto 5.154/04 regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências;</p> <p>Parecer CNE/CEB Nº 39/2004 aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio;</p> <p>Parecer CNE/CEB Nº 40/2004 trata das normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Artigo 41 da Lei nº 9.394/96 (LDB);</p> <p>Resolução nº 3, de 9 de julho de 2008. Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio;</p> <p>Lei nº 11.788/2008 que trata sobre estágios;</p> <p>Lei nº 11.892/2008 que trata da criação dos Institutos Federais;</p> <p>Resolução CNE/CEB Nº 2/2005 modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação;</p> <p>Resolução n. 02 CONSUPER/2022 normatiza a curricularização da extensão e pesquisa; Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)</p> <p>Resolução nº 010 CONSUPER de 2021, dispõe sobre organização didática dos cursos do IFC;</p> <p>Portaria Normativa nº 4 CONSEPE/2019 IFC que regulamenta a oferta de componentes curriculares a distância;</p> <p>Lei nº 10.098/2000 que trata das questões sobre acessibilidade;</p> <p>Decreto nº 5.296/2004 que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;</p> <p>Documento orientador dos Cursos de Graduação e Técnicos Subsequentes do IFC.</p>
------------------------	--

2. Contexto educacional

2.1. Histórico da Instituição

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei 11.892/2008 de 29 de dezembro de 2008, constituem um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica, que visa responder de forma eficaz às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e por suporte aos arranjos produtivos locais.

O Instituto Federal Catarinense (IFC) teve origem na integração das escolas agrotécnicas de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio, além dos colégios agrícolas de Araquari e Camboriú, que eram vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina por ocasião da mesma lei de criação dos IFs.

Após a criação do IFC, a expansão ocorreu quase que imediatamente, estimulada pelo Programa de Expansão Federal. Assim, novos campus do IFC surgiram em Videira, Luzerna, Fraiburgo, Ibirama, Blumenau e São Francisco do Sul. Na terceira etapa de expansão foram criados os campus Abelardo Luz, Brusque, São Bento do Sul e as unidades urbanas de Sombrio e Rio do Sul. No 1º semestre de 2014, o antigo campus Sombrio (sede) passa a ser chamado Santa Rosa do Sul, devido ao campus estar no município de mesmo nome, ao passo que a Unidade Urbana transformou-se em Campus Avançado Sombrio.

O IFC possui 15 campus distribuídos no estado (Araquari, Abelardo Luz, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira), sendo que em Rio do Sul há uma Unidade Sede e uma Unidade Urbana e o campus Abelardo Luz está em processo de implantação. A Reitoria do IFC está instalada no município de Blumenau.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC *Campus* Videira está situado no município de Videira - SC, no Vale do Rio do Peixe, distante 450 km da capital Florianópolis. Tem uma área de 377,85 km² e faz limite com os municípios de Caçador e Rio das Antas, ao norte; Pinheiro Preto, ao sul; Fraiburgo e Tangará, a leste; e Arroio Trinta e Iomerê, a oeste. O município encontra-se na zona agroecológica do Vale do Rio do Peixe, com clima subtropical, segundo classificação de *Koppen*, apresentando temperatura moderada, chuva bem distribuída e verão brando. Podem ocorrer geadas, tanto no inverno como no outono. As temperaturas médias são inferiores a 20°C, exceto no verão. No inverno a média é inferior a 14°C, com mínimas inferiores a 8°C. O acesso terrestre pode ser feito pelas SC-453 e SC-135, e o aéreo através do Aeroporto Municipal Prefeito Ângelo Ponzoni. Em 2010, segundo dados do IBGE, o município de Videira apresentou população de 47.188 habitantes, sendo 42.856 residentes na área urbana e 4.332 na área rural. Segundo o IBGE, a população estimada em 2021 foi de 54.145 pessoas.

No setor primário, sobressai-se a fruticultura, com ênfase na cultura do pêssego, ameixa e uvas; na pecuária, destacam-se a criação de suínos, aves e bovinos de leite; e no comércio e indústria, as cantinas de vinho, indústrias em geral e agroindústria.

Devido à sua topografia acidentada, característica peculiar da região, Videira possui muitos atrativos naturais, como rios, cascatas e áreas verdes. Em 1965 foi criada, por lei municipal, a reserva florestal Parque da Uva, em uma área de 70.000 m² com bosques e áreas de lazer, composta por rica diversidade de plantas nativas. O IFC *Campus* Videira iniciou suas atividades em março de 2006, como extensão da Escola Agrotécnica Federal de Concórdia e funcionou, até o início de 2010, no prédio da Escola Criança do Futuro – CAIC, espaço cedido pela Prefeitura Municipal de Videira. Neste local foram disponibilizadas duas salas de aula, onde funcionava a secretaria, diretoria escolar e os laboratórios de informática e de química. Neste mesmo período, teve início a primeira turma do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária, constituída por trinta e cinco estudantes. Contava com um coordenador, uma secretária e uma equipe de cinco professores.

Em 2007 iniciou-se a segunda turma e ocorreu a contratação de novos professores. Para estas duas primeiras turmas, as aulas eram ministradas nos períodos matutino e vespertino e, em junho de 2008, realizou-se a formatura da primeira turma. Ainda em 2008, emendas parlamentares possibilitaram a aquisição de equipamentos e o início das obras do *Campus*, no local onde anteriormente estava instalado o Horto Municipal da Prefeitura de Videira e, mediante realização de Audiência Pública na Câmara de Vereadores de Videira, realizada em 04 de abril daquele mesmo ano, foi sugerido que o *Campus* ofertasse cursos nas seguintes áreas de conhecimento: agropecuária, embalagens, indústria e licenciaturas. Todos estes esforços conjuntos, que envolveram a comunidade junto com lideranças locais, foram culminados com a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC, do qual o *Campus* de Videira faz parte (BRASIL, 2008). Em 2009 foi realizado concurso público para a contratação de professores e técnicos administrativos.

Também foi realizado o primeiro processo seletivo para a entrada de estudantes nos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária, Eletroeletrônica e Informática para o *Campus* Videira, e nos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio de Automação Industrial, Mecânica e Segurança do Trabalho para o *Campus* Avançado de Luzerna. Em 2010, o IFC *Campus* Videira contava com uma estrutura física composta por sete prédios, abrigando 22 salas de aula, a parte administrativa do *Campus*, cinco laboratórios, biblioteca, cantina, auditório e ginásio de esportes. Possuía também, uma equipe formada por professores, pedagogos, psicólogo e técnicos administrativos. Atualmente, o IFC *Campus* Videira oferece três cursos técnicos integrados ao ensino médio, quatro cursos técnicos subseqüente, quatro graduações e uma pós Lato Sensu, descritos na Tabela 1.

Tabela 1. Cursos ofertados pelo Instituto Federal *Campus* Videira.

Curso	Nível	Modalidade
Agropecuária	Técnico	Integrado
Eletroeletrônica	Técnico	Integrado
Informática	Técnico	Integrado
Agropecuária	Técnico	Subsequente
Eletrônica	Técnico	Subsequente
Eletrotécnica	Técnico	Subsequente
Segurança do Trabalho	Técnico	Subsequente
Ciência da Computação	Superior	Superior
Engenharia Elétrica	Superior	Superior
Pedagogia	Superior	Superior
Agronomia	Superior	Superior
Educação	Pós-Graduação	<i>Lato sensu</i>

Vale ainda salientar que a história do Instituto Federal Catarinense (IFC) *Campus* Videira está ligada à antiga Escola Agrotécnica Federal de Concórdia (EAFC). Em 2006 o município de Videira passou a ofertar o curso técnico em Agropecuária viabilizado por meio de convênio entre a EAFC e a Prefeitura Municipal de Videira, que cedeu o apoio administrativo, o corpo docente e a destinação do espaço físico da Escola de Educação Básica Criança do Futuro (CAIC) para realização

das aulas. Com vistas à ampliação e à construção de um espaço próprio a EAFC recebeu por cessão de uso um terreno da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com área total de 235.989,5 m².

Com a publicação da Lei nº 11.892/2008, as então Escolas Agrotécnicas e Colégios Agrícolas passaram a ser campi do Instituto Federal Catarinense. Com a criação dos Institutos Federais a unidade que funcionava em Videira como extensão da EAFC foi elevada à condição de campus do Instituto Federal Catarinense, com autonomia didática, disciplinar, administrativa, patrimonial e financeira.

2.2. Justificativa de oferta do curso

O Estado de Santa Catarina está localizado na Região Sul do Brasil, possui uma superfície de 95.318,301km², e 7,3 milhões de habitantes (IBGE, 2021).

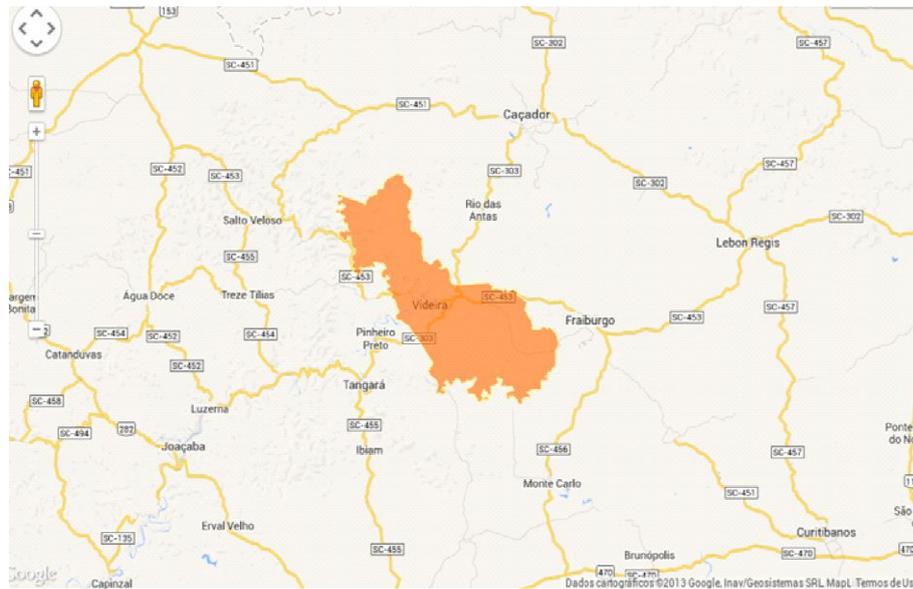
No contexto de uma cidade e região cuja base econômica é a Agroindústria, este curso justifica-se pela necessidade de profissionais da área de Segurança do Trabalho a fim de que estes possam solidificar e abrir novos horizontes neste mercado de grande potencial, seja para trabalhar nas empresas da região ou mesmo para iniciar suas atividades de consultoria enquanto empreendedores. A evolução tecnológica e as transformações sociais e econômicas exigem que as Escolas avaliem o seu papel como Centro de Formação Profissional de forma a atender as essas demandas do mundo do trabalho. Em contrapartida, também é crescente a visão de que a formação profissional não pode acontecer de forma dissociada da formação global do ser humano, enquanto sujeito social, político e individual, que exerce papel fundamental na evolução da sociedade da qual faz parte.

Por isso, o Curso Técnico em Segurança do trabalho propõe-se ao desenvolvimento do educando no sentido de formar um cidadão apto a participar da sociedade de forma positiva entendendo o trabalho como princípio educativo e a educação como ponto crítico na sua emancipação intelectual.

Localização

O mapa a seguir mostra o município de Videira e seu posicionamento geográfico na mesorregião oeste catarinense.

Figura 1. Videira e suas Fronteiras - Fonte: maps.google.com.br



Data de fundação: 1º de março de 1944. **Datas comemorativas:** Aniversário do município: 01 de março e Dia da padroeira do município: 08 de dezembro - Imaculada Conceição.

Principais atividades econômicas: Cerca de 75% do movimento econômico do município decorrem da criação e abate de aves e de suínos. A fruticultura, o fumo e o gado leiteiro também são destaque, juntamente com os grãos.

Tabela 2 - Distância das principais Cidades	
Cidade	Km
Caçador	47
Curitiba	327
Florianópolis	450
Fraiburgo	23
Joaçaba	60
Porto Alegre	580
São Paulo	734
Treze Tílias	36

2.3. Princípios Filosóficos e Pedagógicos do curso

A educação formal desenvolvida em ambientes escolares apresenta no Brasil uma herança dual, ou seja, ensino propedêutico voltado às elites dirigentes e educação profissional voltada aos trabalhadores. Os currículos apresentam a tradição de atender especificamente às atividades profissionais a serem desenvolvidas na sociedade capitalista segmentada em classes sociais.

Com a Lei nº 4.024/1961, a dualidade estrutural é realidade que sofre alterações a partir de mudanças ocorridas no mundo do trabalho. A diferenciação e o desenvolvimento dos vários ramos profissionais, em decorrência do desenvolvimento crescente dos setores secundário e terciário, conduzem ao reconhecimento da legitimidade de outros saberes, que não só de cunho acadêmico, na etapa que se caracteriza como tradicional nova, do ponto de vista do princípio educativo.

Pela primeira vez, a legislação educacional reconhece a integração completa do ensino profissional ao sistema regular de ensino, estabelecendo-se a plena equivalência entre os cursos profissionalizantes e os propedêuticos, para fins de prosseguimento de estudos. Da mesma forma, os cursos do Sistema S (SENAI, SENAC, SESI etc.) podem ser organizados, cumprindo as exigências legais, de modo a equivaler aos níveis fundamental e médio. Esta legislação constitui um avanço, mas a equivalência não supera a dualidade estrutural, uma vez que continuam a existir dois ramos diferentes de ensino.

A situação agrava-se com Lei nº 5.692/1971 que pretendeu substituir a dualidade pelo estabelecimento da profissionalização compulsória no Ensino Médio; dessa forma, todos os filhos da classe média e baixa teriam uma única trajetória. A reforma do governo militar propôs um ajuste à nova etapa de desenvolvimento, marcada pela intensificação da internacionalização do capital e pela superação da substituição de importações pela hegemonia do capital financeiro. É o “tempo do milagre”: ingresso do Brasil para o bloco do Primeiro Mundo. O desenvolvimento industrial e das cadeias produtivas precisa de força de trabalho qualificada.

Segundo Kuenzer (2007), a dualidade estrutural não pode ser resolvida no âmbito do projeto político-pedagógico escolar, mesmo porque é originada da dualidade estrutural das classes. O princípio educativo que determinou o projeto pedagógico da formação profissional para atender às demandas desse tipo de organização taylorista-fordista deriva-se de uma determinada concepção de qualificação profissional que a concebe como resultado de um processo individual de aprendizagem de formas de fazer, definidas pela necessidade da ocupação a ser exercida, complementada com o desenvolvimento de habilidades psicofísicas demandadas pelo posto de trabalho.

Nessa concepção, o desenvolvimento das competências intelectuais superiores e o domínio do conhecimento científico-tecnológico não eram necessários para os trabalhadores. A pedagogia do trabalho taylorista-fordista priorizou treinamento para a ocupação e muita experiência, cuja

combinação resultava em destreza e rapidez, como resultado de repetição e memorização de tarefas bem-definidas, de reduzida complexidade e estáveis.

Então, vieram as mudanças no mundo do trabalho pela globalização da economia e reestruturação produtiva. Instala-se um novo paradigma: o modelo japonês de organização e gestão do trabalho, a linha de montagem vai sendo substituída pelas células de produção, o trabalho individual pelo trabalho em equipe, o supervisor desaparece e o engenheiro desce ao chão de fábrica, o antigo processo de qualidade dá lugar ao controle internalizado, feito pelo próprio trabalhador. Nessa nova organização, o universo passa a ser invadido pelos novos procedimentos de gerenciamento; as palavras de ordem são competitividade e qualidade.

O mundo do trabalho no Capitalismo atual exige um trabalhador de novo tipo, com todos os setores da economia, com capacidades intelectuais que lhe permeiam adaptar-se a produção flexível.

Capacidades que merecem destaque: domínio dos códigos e linguagens, autonomia intelectual para resolver problemas práticos utilizando o conhecimento científico, buscando aperfeiçoar-se continuamente; autonomia moral, através de novas situações que exigem posicionamento ético, finalmente, a capacidade de comprometer-se com o trabalho, entendido de forma mais ampla de construção do homem e da sociedade, através da responsabilidade, da crítica e da criatividade. Já não se entende possível a formação profissional sem uma sólida base de educação geral.

A qualificação profissional requer conhecimentos e habilidades cognitivas e comportamentais que permitam ao cidadão-produtor chegar ao domínio intelectual e do técnico e das formas de organização social para ser capaz de criar soluções originais para problemas novos que exigem criatividade, a partir do domínio do conhecimento. É preciso outro tipo de pedagogia, determinada pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho. Nesta etapa de desenvolvimento das forças produtivas. Habilidades: saber lidar com a incerteza, substituindo a rigidez pela flexibilidade. São duas as novas determinações do mundo social e produtivo que colocam dois novos desafios para o ensino médio:

- Democratização;
- Formulação de outra concepção, que articule formação científica e sócio-histórica à formação tecnológica.

Não é o âmbito pedagógico que vai solucionar essa dificuldade do ensino médio porque a realidade que existe é de uma sociedade dividida na qual crescem exclusões na mesma proporção que diminuem os recursos públicos que possibilitam a formulação de políticas e projetos necessários à garantia dos direitos mínimos da cidadania. É uma solução ideológica porque desconsidera a realidade brasileira, com sua carga de especificidades e desigualdades regionais decorrentes de um

modelo de desenvolvimento desequilibrado, que reproduz internamente as mesmas desigualdades e desequilíbrios que ocorrem entre outros países, na esfera da internacionalização do capital.

O acesso ao nível superior de qualidade, e em particular nos cursos de complexidade tecnológica, que exigem tempo integral, sólidos conhecimentos e financiamento técnico, bibliográfico, além de recursos complementares à formação, é reservado àqueles de renda mais alta, ressalvadas algumas exceções que continuam servindo à confirmação da tese da meritocracia.

A realidade atual é um mundo do trabalho reestruturado no viés da globalização da economia, que restringe cada vez mais o número de postos e cria, ou recria, na informalidade, um sem-número de ocupações precárias que, embora sirvam à sobrevivência, longe estão de permitir um mínimo de dignidade e cidadania.

Para a maioria dos jovens, o exercício do trabalho digno será a única possibilidade de continuar seus estudos em nível superior, portanto, o ensino deverá responder ao desafio de atender a estas demandas: o acesso ao trabalho e a continuidade dos estudos, com competência e compromisso.

O artigo 35 da LBD 9394/1996 requer não só para o Ensino Médio, mas para todos os níveis, o desenvolvimento da capacidade de usar conhecimentos científicos de todas as áreas para resolver situações que a prática social e produtiva apresenta ao homem cotidianamente. No atual estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista, apenas o conhecimento prático e o bom senso, embora continuem sendo importantes, não são suficientes para enfrentar os desafios postos por um modelo de desenvolvimento que cada vez mais usa a ciência como força produtiva, para o bem e para o mal, ao mesmo tempo melhorando e destruindo a qualidade de vida, individual e social.

Para os que vivem do trabalho, a aprendizagem de conhecimentos e habilidades, instrumentais e cognitivas, imediatamente vinculadas ao exercício de atividades produtivas, é condição não só de existência, mas também da própria permanência no sistema de ensino, na maioria das vezes viabilizada pelo ingresso do mercado de trabalho.

A efetiva democratização do Ensino que ao mesmo tempo prepara para a inserção no mundo do trabalho e para a cidadania, complementando nos níveis subsequentes por formação profissional científico-tecnológica e sócio-histórica, tal como proposto nas finalidades expressas na legislação, exige condições materiais que não são dadas para o caso brasileiro.

O papel da escola pública precisa ser atendido. É a construção de uma proposta pedagógica que propicie condições de aprendizagem variadas e significativas aos seus estudantes, de modo geral pauperizados economicamente, e, em consequência, cultural e socialmente. A escola de ensino médio pública será democrática quando o projeto político pedagógico possibilitar as necessárias mediações para que os menos favorecidos estejam em condições de identificar, compreender e buscar suprir, ao longo de sua vida, suas necessidades com relação à participação na produção científica, tecnológica e cultural.

Nesse contexto, segundo Kuenzer (2007), a nova finalidade do ensino médio é ser geral sem ser genérico e relacionar-se ao trabalho sem ser estritamente profissionalizante. A proposta de integração fundamenta-se também em intelectual italiano, que dizia que o verdadeiro dirigente, precisa ser não só especialista e nem só político, a expressão de um novo equilíbrio entre o desenvolvimento das capacidades de atuar praticamente e de trabalhar intelectualmente.

São princípios do Ensino Médio Subsequente:

- - Universalização do ensino e aprendizagem, com atuação na reversão dos índices baixos de escolarização.
- - Diversificação de modalidades: programas diversificados que estimulem a criação de diferentes alternativas, desde que observando a Base Nacional Comum, as DCN e as normas complementares estaduais. A escola pública de qualidade é a única alternativa de apropriação do conhecimento, tendo em vista cada vez mais a difícil construção da dignidade humana, finalidade máxima a orientar a elaboração do projeto político pedagógico. O aluno pode preferir mecânica à arte, porque essa é a realidade do trabalho que conhece e exerce precocemente como estratégia de sobrevivência; outro pode preferir atividades físicas a ciências exatas, porque suas experiências de classe não lhe propiciaram o desenvolvimento do raciocínio lógico. É a escola, portanto, que lhe propiciará oportunidades de estabelecer relações com os distintos campos do conhecimento, de modo a exercer o seu direito a escolhas, e ao mesmo tempo superar suas dificuldades em face de suas experiências anteriores.

Para os que vivem do trabalho, a escola é o espaço privilegiado para o estabelecimento de relações significativas com todas as áreas do conhecimento de modo a preparar o aluno para assumir-se também como sujeito de sua história e da história, compreendendo o papel revolucionário da ciência para a destruição das condições geradoras de exclusão, as quais, frutos da práxis, tão-só através dela serão superadas. Educação em Direitos Humanos (Decreto nº 7.037/2009).

Com o Ensino Médio Subsequente o objetivo é que seja superada a abordagem tradicional: caráter apenas propedêutico e a abordagem pragmática com domínio restrito das formas de trabalho; de modo que ocorra a integração entre ciência, trabalho e cultura, a partir de novos paradigmas de organização e gestão que demandam formação científico-tecnológica e sócio-histórica.

São pressupostos ou princípios da educação profissional de nível técnico (Art.30 da Resolução CNE/CEB, nº 04/1999), além dos princípios gerais fixados no art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases, os seguintes:

- I. Independência e articulação com o ensino médio;
- II. Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos;
- III. Desenvolvimento de competências para a laboralidade;
- IV. Flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização;
- V. Identidade dos perfis profissionais de conclusão do curso;
- VI. Atualização permanente dos cursos e currículos;
- VII. Autonomia da escola em seu projeto pedagógico.

O eixo do currículo deverá ser o trabalho compreendido como práxis humana e como práxis produtiva, a partir do qual não há dissociação entre educação geral e formação para o trabalho. Toda a educação é educação para o trabalho, que não se confundirá com educação profissional stricto sensu. Assim, a formação profissional, em sua dimensão básica, está presente na base nacional comum e não se confunde com a parte diversificada, que também atenderá a ambas as finalidades (Kuenzer,2007).

Esse eixo, contudo, exige recortes, para que não se caia na ilusão de um sistema científico único que articule todos os saberes, ou se permaneça na lógica que historicamente reproduziu a concepção positivista com sua fragmentação, cristalizada em disciplinas estanques. Esses recortes, observado estatuto epistemológico e histórico de cada ciência, deverão tomar como eixo organizador do currículo as diferentes práticas sociais e produtivas selecionadas a partir das características e demandas da clientela e da região, tendo em vista as finalidades de democratização do conhecimento para a construção da cidadania. São a partir desses recortes que serão selecionados os conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada. O princípio educativo que determinou o projeto pedagógico taylorista-fordista, ainda dominante em nossas escolas, deu origem às tendências pedagógicas conservadoras em suas distintas manifestações, que sempre se fundaram na divisão entre pensamento e ação, a partir do que se distribuía diferentemente o conhecimento. O que era estratégico para a classe dominante, que mantinha o monopólio do saber científico, não podia ser democratizado, de modo que o acesso aos níveis superiores de ensino sempre foi controlado, com a interveniência do Estado, que mantinha a oferta de ensino gratuito nos limites das demandas do capital, através de um sistema educacional que se responsabilize pela seletividade.

Essa pedagogia foi dando origem a projetos político-pedagógicos ora centrados nos conteúdos, ora nas atividades, sem nunca propiciar relações entre o aluno e o conhecimento que integrassem efetivamente conteúdo e método, ou mesmo se constituíssem em mediações significativas que pudessem se constituir em aprendizagens. Dessa forma, não chegavam a propiciar o domínio intelectual das práticas sociais e produtivas para a maioria do alunado, que iria complementar sua educação para o trabalho em cursos específicos, treinamento ou através da prática no próprio trabalho. Relações significativas entre o aluno e a ciência só iriam ocorrer nos cursos superiores, para aqueles poucos que apresentam “mérito”.

Em decorrência de sua desvinculação da prática social e produtiva, a seleção dos conteúdos sempre obedeceu a critérios formais fundados na lógica positivista, em que cada objeto do conhecimento origina uma especialidade que desenvolve seu próprio quadro conceitual e se automatiza dos outros objetos da prática que o gerou. Concebidos dessa forma, os diferentes ramos da ciência deram origem a propostas curriculares em que as disciplinas são rigidamente organizadas e sequenciadas segundo sua própria lógica.

Os conteúdos, assim organizados, são repetidos, ano após ano, de forma linear e fragmentada, predominantemente por meio do método expositivo combinado com a realização de atividades que vão da cópia de parcelas de texto à resposta de questões, em que mais importa cumprir a tarefa, tanto para o aluno, quanto para o professor, do que estabelecer profícua relação com o conhecimento.

A área de informação modificou as bases estruturais da sociedade capitalista que hoje passou a ser chamada “sociedade da informação”, “sociedade do conhecimento” ou ainda “sociedade em rede”.

De acordo com Alves (2007), passamos pela Revolução Tecnológica ou revolução das redes informacionais que instaurou uma ruptura fundamental na evolução do maquinário no capitalismo. Com essa revolução, dissemina-se o ciberespaço, que por sua vez, constitui as infovias hipervirtuais permeadas de “pedágios” do capital impõe sua lógica da escassez à nova forma material. A mercadoria-informação é a última fronteira da modernização tardia. É o que Lukács chama de capitalismo manipulatório, constituído por redes de informações linguístico-imagéticas que atingem a subjetividade complexa de homens e mulheres. O ciberespaço é um campo de integração difusa e flexível dos fluxos de informação e comunicação entre máquinas computadorizadas, um complexo mediador entre homens baseado totalmente em dispositivos técnicos, um novo espaço de interação (e de controle) sócio humano criado pelas novas máquinas e seus protocolos de comunicação e que tende a ser a extensão virtual do espaço social propriamente dito.

O ensino médio Subsequente em Segurança do Trabalho precisa trabalhar os conhecimentos básicos inerentes às atividades do técnico em Segurança do Trabalho, conhecer as estruturas e aplicações que giram no entorno, estabelecendo relações de modo que se possa desenvolver nos estudantes o espírito crítico para as questões que se apresentam no mundo do trabalho e na sociedade atual, para que tenham condições de integrar-se efetivamente na profissão e na vida, posicionando-se de maneira crítica e emancipatória com relação às injustiças sociais e as ambiguidades profundas existentes entre as classes sociais, entre os dominantes e os dominados.

Os egressos deste curso precisam compreender os laços que envolvem a dominação hegemônica, bem como os meios e estratégias que utilizam para desenvolver um comando que aprofunde as diferenças sociais e aos poucos, atuar de maneira que transformem esta realidade. Esse é o pressuposto básico do ensino médio Subsequente: uma formação sem dualidade de ensino e de condições de aprendizagem, integrada à vida social do sujeito, considerando suas necessidades e possibilidades.

2.4. Objetivos do curso (Geral e Específico)

2.4.1 Objetivo Geral

Elaborar e implementar políticas de saúde no trabalho, identificando variáveis de controle e ações educativas para prevenção e manutenção da qualidade de vida do trabalhador.

2.4.2 Objetivo Específicos

- Desenvolver ações educativas na área de saúde e segurança do trabalho;
- Investigar, analisar e recomendar medidas de prevenção e controle de acidentes;
- Realizar estudo da relação entre ocupações dos espaços físicos com as condições necessárias;
- Promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador em seu local de atuação;
- Analisar os métodos e os processos laborais;
- Identificar fatores de risco de acidentes do trabalho, de doenças profissionais e de trabalho e de presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador;
- Realizar procedimentos de orientação sobre medidas de eliminação e neutralização de riscos;
- Elaborar procedimentos de acordo com a natureza da empresa;
- Promover programas, eventos e capacitações de prevenção de riscos ambientais;
- Divulgar normas e procedimentos de segurança e higiene ocupacional;
- Indicar, solicitar e inspecionar equipamentos de proteção coletiva e individual contra incêndio;
- Levantar e utilizar dados estatísticos de doenças e acidentes de trabalho para ajustes das ações preventivas;
- Produzir relatórios referentes à segurança e à saúde do trabalhador.

2.5. Requisitos e formas de acesso

O ingresso dos alunos no Curso Técnico em Segurança do Trabalho se dará através da inscrição e participação em processo seletivo, regido por edital ou processo de seleção próprio. Uma vez aprovado no processo seletivo, será obrigatória a comprovação de conclusão do Ensino Médio mediante apresentação do histórico escolar para a efetivação da matrícula no curso.

3. Políticas institucionais no âmbito do curso

3.1. Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão

3.1.1 Políticas de Ensino

A concepção Institucional de formação técnica está alicerçada nos seus sentidos filosófico, epistemológico e político explicitados por Ramos (2010), ao vislumbrar-se a possibilidade de se ter num espaço de tempo mais imediato a efetivação de práticas educativas emancipatórias e, no horizonte, a construção de sujeitos emancipados. Em relação ao sentido filosófico do ensino em seu

sentido profissionalizante, Ramos (2010) apresenta uma concepção de formação humana que toma a perspectiva da integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos de modo a integrar, de forma unitária, as dimensões fundamentais da vida: o trabalho (como princípio educativo), o conhecimento (ciência e tecnologia) e a cultura.

O trabalho é concebido como uma mediação de primeira ordem no processo de produção da existência e objetivação da vida humana (BRASIL/MEC, 2007, p. 43). Portanto, constitui-se num princípio educativo que possui um duplo sentido: um sentido ontológico e um sentido histórico. Em relação ao sentido ontológico, é tido como práxis humana pela qual o homem produz a sua própria existência na relação com a natureza e os outros homens, produzindo conhecimentos que apropriados socialmente propõem-se a transformar as condições naturais da vida, as potencialidades e os sentidos humanos, e portanto induz à compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, constituindo-se assim em princípio organizador da base unitária do ensino médio. Em seu sentido histórico, transformado em trabalho assalariado e, portanto, como uma categoria econômica e práxis produtiva, também produz conhecimentos, logo também é princípio educativo no ensino médio, uma vez que ao colocar exigências específicas para o processo educativo visa a participação direta dos membros da sociedade no trabalho, fundamentando e justificando a formação específica para o exercício de uma profissão (BRASIL/MEC, 2007, p. 46-47).

Quanto à tecnologia, esta é concebida como uma mediação entre a ciência (apreensão e desvelamento do real) e a produção (intervenção no real), que, em perspectiva histórica, estão estreitamente ligadas ao avanço da ciência como força produtiva (revolução industrial, taylorismo, fordismo e toyotismo). Assim, identificam-se duas relações entre ciência e tecnologia: a primeira é que tal relação se desenvolve com a produção industrial; a segunda é que esse desenvolvimento visa à satisfação de necessidades sentidas pela humanidade, o que nos leva a perceber que a tecnologia é uma extensão das capacidades humanas (BRASIL/MEC, 2007, p. 44).

A cultura, por sua vez, é definida como a articulação entre o conjunto de representações e comportamentos e o processo dinâmico de socialização. É um processo de produção de símbolos, de representações, de significados e, ao mesmo tempo, prática constituinte e constituída do e pelo tecido social.

Assim, compreende-se como indispensável que tais categorias estejam circunscrevendo as práticas pedagógicas desenvolvidas em cada um dos campus, para que seja possível realizar uma formação integrada e omnilateral. Usa-se o conceito de Frigotto (2012) para formação omnilateral:

Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral

abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza. (2012, p.265)

Tendo em vista que a educação omnilateral dos sujeitos não está dada, e que, portanto, é uma construção que se dá nas relações sociais, é necessário tomar o conhecimento a partir de uma perspectiva de totalidade. Assim, concebe-se que a Educação Profissional também possui um sentido epistemológico, que toma o conhecimento na perspectiva da totalidade, compreendendo os fenômenos tanto naturais quanto sociais como síntese de múltiplas relações às quais o pensamento se dispõe a aprender. Implica uma unidade entre os conhecimentos gerais e específicos, bem como a relação entre parte e totalidade na organização curricular. Daí advém a necessidade das abordagens contextualizadas e ações integradas em seus diferentes níveis no currículo dos cursos de Educação Profissional, de modo a estabelecer relações dinâmicas e dialéticas entre os contextos em que os conhecimentos foram e que são construídos e implementados.

O IFC optou pela oferta de formação profissional técnica nas formas integrada e subsequente. Aquela deve considerar que a organização curricular dos cursos técnicos de nível médio orienta-se pelos princípios do currículo integrado e pela estruturação em eixos tecnológicos que compõem o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos; já essa se destina àqueles que já concluíram o ensino médio e procuram uma qualificação profissional para se inserirem no mundo do trabalho, buscando uma formação profissional técnica baseada na formação que lhes possibilite a aprendizagem ao longo da vida para a (re)construção de seus projetos futuros. A forma concomitante também está prevista nas possibilidades de oferta em articulação com a educação básica, porém, esta deve ser ofertada apenas com concomitância externa.

3.1.2 Políticas de Extensão

Os limites e possibilidades da Rede Federal de EPCT impactam diretamente o desenvolvimento da Extensão. Verificam-se desafios, avanços e possibilidades. Entre os avanços, destacam-se dois. Primeiramente, a institucionalização da atividade extensionista. É mister citar a Constituição Brasileira (1988), que preceitua a indissociabilidade entre o Ensino, a Extensão e a Pesquisa; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), que confere importância às atividades extensionistas; e a destinação, feita pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024), que destina 10% a ações de extensão.

O segundo avanço relaciona-se com a priorização da Extensão em vários programas e investimentos do Governo Federal, entre os quais dois, desenvolvidos no âmbito do MEC, merecem destaque: o Programa de Extensão Universitária (PROEXT) e o Programa de Educação Tutorial (PET). É preciso ressaltar, tendo em vista os espaços em que a extensão ainda não foi normatizada

ou ainda não é implementada, sua relevância para a renovação da prática e métodos acadêmicos. Sem as ações extensionistas, está-se vulnerável à repetição dos padrões conservadores, que reiteram a endogenia, obstaculizando o cumprimento da missão dos Institutos Federais.

A implantação de normatizações próprias e a implementação de ações extensionistas, objetivando a promoção de transformações na Rede Federal de EPCT, devem ser orientadas pelo conceito e diretrizes da Extensão.

Fruto de longo, amplo, aberto e continuado debate no âmbito do Fórum de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, bem como da experiência extensionista dos servidores do Instituto Federal Catarinense, apresenta-se o conceito de Extensão: A extensão no âmbito do Instituto Federal Catarinense é um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos, visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional.

Assim conceituada, a Extensão denota uma postura dos câmpus do IFC nas sociedades em que se inserem. Seu escopo é o de natureza processual multifacetada, pretendendo promover transformações não somente na comunidade interna, mas também nos segmentos sociais com os quais interage. O conceito de Extensão e entendimentos pactuados no âmbito do Fórum FORPROEXT cumprem função *sine que non* na orientação de nossa práxis extensionista.

3.1.3 Políticas de pesquisa

Um dos grandes desafios da educação profissional e tecnológica está na busca de caminhos que possibilitem viabilizar uma aprendizagem capaz de tornar perceptíveis as múltiplas interações do sujeito com o mundo do trabalho. Assim, entende-se que a pesquisa na educação profissional estabelece uma estreita relação com o ensino e a extensão, uma vez que o ato de pesquisar permeia todas as ações e evolui em complexidade e rigor à medida que os níveis educativos se aprofundam, acompanhando o princípio da verticalidade.

Desta forma, no âmbito do IFC, a pesquisa é entendida como atividade indissociável do ensino e da extensão e visa à geração e à ampliação do conhecimento, estando necessariamente vinculada à criação e à produção científica e tecnológica, seguindo normas éticas em pesquisas preconizadas pela legislação vigente.

A integração da pesquisa com o ensino é concretizada por meio de estratégias pedagógicas contempladas nos currículos dos cursos, possibilitando aos discentes o envolvimento com métodos e técnicas de pesquisas e a compreensão das estruturas conceituais nas diferentes áreas do saber e de acordo com os diferentes níveis de formação. Da mesma forma, para acompanhar as tendências

tecnológicas emergentes, a Instituição priorizará a formação continuada de profissionais pesquisadores, docentes e técnicos, por meio da realização de cursos de capacitação e de eventos para atualização e divulgação de resultados de pesquisas.

Nesse sentido, as diretrizes que orientam as ações da pesquisa, pós-graduação e inovação visam consolidar níveis de excelência nas atividades de pesquisa, especialmente nas aplicadas, por meio do estímulo ao desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e à extensão de seus benefícios à comunidade. Assim, os esforços são direcionados para que os conhecimentos produzidos possam contribuir com os processos locais e regionais, numa perspectiva de reconhecimento e valorização dos mesmos no plano nacional e global, bem como para que tenham caráter inovador, para buscar a melhoria contínua desses processos.

3.2. Política de Atendimento ao Estudante

As ações de assistência estudantil são pautadas no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Este tem como objetivos, democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. O PNAES é implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados, com ações de assistência estudantil nas áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

O Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do IFC tem por objetivo criar condições de acesso e aproveitamento pleno da formação acadêmica aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da concessão de auxílios financeiros.

O PAE destina-se prioritariamente a estudantes regularmente matriculados no IFC provenientes da rede pública de educação básica, ou beneficiários de bolsa integral em escola particular, com renda per capita de até um salário-mínimo e meio. Após o atendimento dos estudantes que se enquadram nestas situações, podem ser atendidos estudantes que comprovadamente encontram-se em vulnerabilidade socioeconômica, conforme análise e parecer dos assistentes sociais responsáveis.

Por meio deste Programa, o IFC atende um grande número de estudantes, aos quais disponibiliza auxílio financeiro nas seguintes modalidades: Auxílio Moradia e Auxílio Permanência I e II.

4. Organização didático-pedagógico

4.1. Perfil do Egresso

O egresso do curso Técnico em Segurança do Trabalho, do Instituto Federal Catarinense, possui formação pautada na politecnicidade e omnilateralidade, ou seja, formação humanística e cultural integrada à formação técnica, tecnológica e científica. Pautado pelos princípios da democracia, da autonomia e da participação crítica e cidadã, o egresso está habilitado a compreender que a formação humana e cidadã precede a qualificação técnica para o mundo do trabalho.

O profissional com formação técnica na área de segurança do trabalho desenvolverá habilidades que lhe garantam autonomia intelectual no desempenho de sua função. Associado a estas habilidades, precisará estar sensível às mudanças acerca do cotidiano da vida e do trabalho, disposto a aprender e contribuir constantemente para o seu aperfeiçoamento. Na sua atuação como cidadão e como profissional adotará uma atitude crítica e reflexiva no que se refere aos problemas ambientais e ocupacionais, atuando como agente social que promova alternativas para melhorar a qualidade de vida das populações, buscando manter a saúde ambiental e ocupacional.

Em conformidade com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, o profissional Técnico em Segurança do Trabalho deve apresentar condições de formação para:

- Analisar os métodos e os processos laborais.
- Identificar fatores de risco de acidentes de trabalho, de doenças profissionais e de trabalho e de presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador.
- Realizar procedimentos de orientação sobre medidas de eliminação e neutralização de riscos.
- Elaborar procedimentos de acordo com a natureza da instituição.
- Promover programas, eventos e capacitações de prevenção de riscos ocupacionais.
- Realizar atividades relacionadas à atuação em ações preventivas nos processos produtivos com auxílio de métodos e técnicas de identificação, avaliação e medidas de controle de riscos ambientais de acordo com as normas regulamentadoras e princípios de higiene e saúde do trabalho.
- Projetar ajustes das ações preventivas por meio dos dados estatísticos epidemiológicos de doenças e acidentes de trabalho.
- Produzir e interpretar relatórios referentes à segurança e à saúde do trabalhador.
- Divulgar normas e procedimentos de segurança e higiene ocupacional.
- Indicar, solicitar e inspecionar equipamentos de proteção coletiva e individual contra incêndio e outros riscos ocupacionais.
- Desenvolver ações educativas na área de saúde e segurança do trabalho.

- Realizar procedimentos de orientação sobre medidas de eliminação e neutralização de riscos.
- Orientar o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC).
- Coletar e organizar informações de saúde e de segurança do trabalho.
- Elaborar e implementar políticas de saúde no trabalho, identificando variáveis de controle e ações educativas para prevenção e manutenção da qualidade de vida do trabalhador.
- Realizar estudo da relação entre ocupações dos espaços físicos com as condições necessárias.
- Promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador em seu local de atuação.
- Executar o Gerenciamento de Risco Ocupacional (GRO) e Programa de Gerenciamento de Risco (PGR).
- Investigar, analisar e recomendar medidas de prevenção e controle de acidentes.
- Atuar no Sistema Integrado de Gestão (Qualidade, Segurança, Saúde e Meio Ambiente).

Além disso, o profissional egresso do Curso Técnico em Segurança do Trabalho do Instituto Federal Catarinense será capaz de:

- Desenvolver competências técnicas e tecnológicas em sua área de atuação e ser capaz de entender as relações próprias do mundo do trabalho, fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade;
- Agir pessoal e coletivamente com autonomia, tomando decisões com base em princípios éticos e de maneira solidária, inclusiva e sustentável;
- Saber interagir e aprimorar continuamente seus aprendizados a partir da convivência democrática com culturas, modos de ser e pontos de vista divergentes;
- Exercitar a cidadania de forma crítica, dinâmica e empática, promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, sem preconceitos de qualquer natureza.
- Atuar para fomentar a qualidade de vida no trabalho com uma abordagem psicossocial com a atuação em relação à saúde mental do(a) trabalhador(a).

4.1.1 Conhecimentos da área do saber

Constituem conhecimentos da área do saber do curso Técnico em Segurança do Trabalho:

Reflexão sobre as relações sociais e culturais entre o trabalho e os trabalhadores, sua origem

e evolução; Análise de postos de trabalho e das responsabilidades na atuação profissional; Discussão de questões relacionadas ao mundo do trabalho e suas normatizações; Orientação sobre uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) e coletiva (EPCs); Estudo, análise, aplicação e orientação sobre as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Previdência e da legislação aplicada à segurança do trabalho normas e procedimentos de diversas áreas; Estudo das adaptações do trabalho ao corpo humano e da interface entre o ser humano e máquina; Desenvolvimento e orientação sobre análise ergonômica; Interpretação de projetos arquitetônicos e planta baixa voltados à segurança do trabalho e elaboração de rotas de fuga e mapas de risco; Levantamento e avaliação de riscos ambientais, de natureza física, química, biológica, ergonômica e de acidentes; Estudo e aplicação de equipamentos de monitoração do ambiente de trabalho; Estudo das principais técnicas de prevenção, controle e gestão de riscos; Análise e investigação de acidentes de trabalho; Aplicação de medidas de primeiros socorros após ocorrência dos diversos tipos de acidentes do trabalho; Elaboração, implantação e implementação de planos de emergência e urgência; compreensão de dados estatísticos para minimização de acidentes; Elaboração, execução e apresentação de planos emergenciais, auxílio e abandono de áreas em situações de risco; Reflexão entre postos de trabalho, ambientes de trabalho, adoecimento e absenteísmo; Orientação sobre saúde do trabalhador e prevenção de doenças; Introdução ao estudo de estrutura organizacional e gestão de pessoas; Implementação de ações de comunicação e educação em Saúde e Segurança do Trabalho. Elaboração de treinamentos, organização de reuniões, palestras e de documentos físicos e digitais diversos; Desenvolvimento das relações interpessoais no trabalho, trabalho em equipe e de liderança; Estudo dos sistemas digitais de integração entre empregadores e o Governo relacionados à segurança do trabalho.

4.2. Organização curricular

4.2.1 Interdisciplinaridade, Integração, Intersecção Curricular e Temas Transversais

Para avançar na direção da interdisciplinaridade, ou das atividades integradoras, as disciplinas de cada semestre poderão ser programadas em conjunto pelos professores de todas as disciplinas do semestre, buscando:

- a) planejamento de atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- b) melhor utilização do laboratório;
- c) evitar sobreposição de conteúdo;
- d) estabelecer a complementaridade entre as disciplinas;
- e) uniformizar critérios de avaliação;
- f) maior eficiência no aproveitamento de aulas práticas e visitas técnicas que envolvem o trabalho em estabelecimentos externos à instituição;

g) realização de seminários temáticos e ciclos de palestras;

h) contemplar a contextualização, programando conteúdos que enfoquem áreas específicas de interesse do curso como as questões ambientais, sociais, sustentabilidade, regionais, produtivas, dentre outras;

i) discutir e implementar ações integradas na viabilização da realização do estágio supervisionado, quando os temas descritos no relatório estiverem relacionados com as disciplinas.

De acordo com Menezes (2002), a transversalidade é um termo que, em Educação, é entendido como uma forma de organizar o trabalho didático na qual alguns temas são integrados nas áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. A partir da LDB, foram elaborados os PCNs que, por sua vez, orientam para a aplicação da transversalidade. No âmbito dos PCNs, a transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). Não se trata de trabalhá-los paralelamente, mas de trazer para os conteúdos e para a metodologia da área a perspectiva dos temas.

Ainda segundo Menezes (2002), “a transversalidade se difere da interdisciplinaridade porque, apesar de ambas rejeitarem a concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis, a primeira se refere à dimensão didática e a segunda à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento. Ou seja, se a interdisciplinaridade questiona a visão compartimentada da realidade sobre a qual a escola se constituiu, mas trabalha ainda considerando as disciplinas, a transversalidade diz respeito à compreensão dos diferentes objetos de conhecimento, possibilitando a referência a sistemas construídos na realidade dos alunos”. Entende-se aqui que a transversalidade seria o “saber para a realidade, para o social, para a vida real” e não só pela necessidade escolar.

Conforme orienta a Resolução MEC/CEB nº 02/2012 (BRASIL, 2012), art. 10, II, os seguintes temas transversais devem ser contemplados e registrados nos conteúdos programáticos descritos nos planos de ensino das disciplinas:

- Educação Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.947/2009);
- Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso (Lei nº 10.741/2003);
- Educação Ambiental (Lei nº 9.975/1999);
- Educação para o Trânsito (Lei nº 9.503/1997);
- Educação em Direitos Humanos (Decreto nº 7.037/2009).

4.2.2. Curricularização da pesquisa e extensão

A curricularização da pesquisa e extensão permite, para além da ideia de justificar a existência

da tríade ensino-pesquisa-extensão, articular a pesquisa como princípio, a extensão como ação e o ensino como síntese. Integrar a curricularidade da pesquisa e da extensão ao desenvolvimento do ensino possibilita vivenciar práticas e saberes que extrapolam os esquemas tradicionais que compõem os currículos acadêmicos.

Os princípios da curricularização da Extensão, da Pesquisa e Inovação:

I- Interação dialógica - desenvolvimento de relações entre o IFC e setores sociais, marcados pelo diálogo, troca de saberes, superação do discurso da hegemonia profissional e tecnológica para uma aliança com movimentos sociais de superação das desigualdades e de exclusão.

II- Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade – busca a combinação de especialização e interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas, áreas do saber, áreas profissionais, assim como pela construção de alianças intersetoriais, intraorganizacionais e interprofissionais.

III- Indissociabilidade ensino, pesquisa-inovação e extensão – considerando que as ações integradas adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento. Nesse princípio, esta relação de indissociabilidade deverá promover uma nova visão de sala de aula, mais ampliada, tendo alunos e professores como sujeitos do ato de aprender e comprometidos com a democratização de saberes.

IV- Integração dos conhecimentos - seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas. As ações integradas possibilitam enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários do IFC com a sociedade. Neste sentido, a participação do estudante deve estar sustentada em iniciativas que viabilizem a flexibilização e a integralização do currículo.

V- Transformação social - reafirma a extensão, a pesquisa, a inovação e o ensino como mecanismos pelos quais se estabelece a inter-relação do IFC com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da população, e propiciadora do desenvolvimento social e regional e de aprimoramento das políticas públicas.

Para efeito de curricularização, as atividades de extensão e de pesquisa, são caracterizadas nas seguintes modalidades:

1. Programa: conjunto de ações contínuas de caráter orgânico-institucional, com clareza de diretrizes e orientadas a um objetivo comum, que articula e envolve diferentes projetos e ações existentes (cursos, eventos, prestação de serviços e produção profissional e tecnológica, entre outros) de ensino, pesquisa, extensão, inovação, desenvolvimento tecnológico, empreendedorismo, dentre outros. Os programas devem destacar o envolvimento e interação das comunidades externas e estar previstos nos respectivos projetos pedagógicos;

2. Projeto: conjunto de atividades de caráter orgânico-institucional, associadas e integradas para o alcance de objetivos comuns. São ações processuais de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivos específicos e prazo definido, que propiciem a relação teoria/prática e envolvam docentes e/ou técnicos administrativos, estudantes e a comunidade externa. Os projetos podem estar vinculados ou não a um programa institucional ou de natureza governamental;
3. Cursos e oficinas: conjunto articulado de atividades pedagógicas, de caráter teórico e/ou prático, com o envolvimento e interação das comunidades externas, seja para a formação continuada, aperfeiçoamento e/ou disseminação de conhecimento, planejada, organizada e avaliada de modo sistemático, com carga horária e critérios de avaliação definidos;
4. Evento: ação episódica que implica na apresentação e/ou exibição pública e livre, de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural, favorecendo a participação da comunidade externa e/ou interna; Prestação de serviço: realização de atividades vinculadas às áreas de atuação da instituição (como consultoria; assessoria; curadoria; atendimentos; práticas profissionais; transferência tecnológica, entre outros), que dão respostas às necessidades específicas da sociedade e do mundo do trabalho, apresentando articulação entre o IFC e sociedade, priorizando iniciativas de diminuição das desigualdades sociais;
5. Publicações acadêmicas: produções acadêmicas de caráter indissociável da pesquisa/extensão para difusão e divulgação artística, cultural, científica ou tecnológica. São consideradas nesta modalidade a elaboração e produção de livros e capítulos de livros, artigos e, no caso de eventos, resumos expandidos (completos);
6. Outras ações: conjunto de atividades articuladas ao curso, que envolvam problematização, desenvolvimento científico e tecnológico, ou diálogo e transferência de conhecimento com a comunidade.

Assim, no Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho, as possibilidades de curricularização da extensão, pesquisa e extensão são:

I - Pela carga horária total da disciplina Metodologia do Trabalho Acadêmico;

II - Por meio de parte da carga horária de componentes curriculares específicos: Sociologia do Trabalho, Introdução à Segurança do Trabalho e Prevenção e Controle de Riscos.

Dessa forma, o curso prevê a curricularização da pesquisa, extensão e inovação, por meio da carga horária total do componente curricular: Metodologia do Trabalho Acadêmico (30h) e da carga horária parcial das seguintes disciplinas: Sociologia do Trabalho (20h), Introdução à Segurança do Trabalho (10h) e Prevenção e Controle de Riscos (10h).

4.2.3. Prática Profissional

De acordo com a Organização Didática de 10/2021 do IFC, em seu artigo 47, § 2º O PPC deve prever a prática profissional a ser desenvolvida no decorrer do curso. A prática profissional compreende diferentes situações de vivência e aprendizagem em ambientes que permitam aos estudantes contextualizar o cotidiano da sua formação para o mundo do trabalho, aproximando-se da realidade do exercício profissional.

A prática profissional será de caráter processual na construção do conhecimento, podendo ser desenvolvida de forma introdutória, paralela ou posterior aos conteúdos teórico-práticos e técnico-científicos trabalhados durante o curso, tratando-se de uma via de mão dupla onde teoria e prática se integram e se complementam.

No Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subsequente em Segurança do Trabalho, a relação teoria e prática dar-se-á principalmente através de atividades práticas em laboratórios específicos da área, visitas técnicas, palestras de formação, projetos interdisciplinares, feiras de iniciação científica e extensão, dentre outras práticas e atividades relacionadas ao curso. Além disso, a prática profissional ocorrerá pelo estágio curricular obrigatório (100 h) e atividades práticas nas disciplinas do curso. No total, as disciplinas oferecem no mínimo 270 horas de atividades práticas. Deste modo, as práticas profissionais acontecerão nas seguintes disciplinas: Primeiros Socorros, Introdução à Segurança do Trabalho, Higiene do Trabalho I, Segurança do Trabalho I e Desenho Técnico II, Prevenção e Controle de Riscos, Tecnologia e Controle de Sinistros, Higiene do Trabalho II e Segurança do Trabalho III conforme quadro a seguir:

Tabela 3 – Conteúdo prático trabalhado nas disciplinas do curso	
Disciplina	Conteúdo
Primeiros Socorros	<ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliação da Cena de Emergência. 2. Abordagem Primária da Vítima. 3. Manipulação e Remoção da Vítima. 4. Ferimentos e Curativos. 5. Emergências Clínicas: sinais vitais. 6. Manejo de Vias Aéreas: desobstrução de vias aéreas e reanimação respiratória. 7. Reanimação Cardiopulmonar. 8. Triagem de Vítimas. 9. Queimaduras. 10. Hemorragias e Choque.
Introdução à Segurança do Trabalho	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diálogo Diário de Segurança do Trabalho.
Higiene do Trabalho I	<ol style="list-style-type: none"> 1. Uso e calibração de equipamento para avaliação do ruído. 2. Uso e calibração de equipamentos para avaliação do calor.

	3. Uso e calibração de equipamento para avaliação da iluminação.
Segurança do Trabalho I e Desenho Técnico II	1. Elaboração de Mapa de Risco.
Prevenção e Controle de Riscos	1. Preenchimento de Checklist e gerenciamento de riscos.
Tecnologia e Controle de Sinistros	1. Zonas de Controle em Emergências e Ocorrências com Produtos Perigosos. 2. Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e respiratória (EPR) para Sinistros com Produtos Perigosos e Incêndios. 3. Técnica e Tática de Combate a Incêndios.
Higiene do Trabalho II	1. Uso e calibração de equipamentos para avaliação de agentes químicos.
Segurança do Trabalho III	1. Preenchimento de checklist sobre a NR18, preferencialmente durante uma visita técnica.

4.2.4. Estágio Curricular obrigatório

O estágio curricular é obrigatório e tem carga horária de 100 horas. Assim, o estágio curricular supervisionado é uma prática profissional em situação real de trabalho e assumido como ato educativo no IFC, realizado em empresas e outras organizações públicas e privadas, a luz da legislação vigente e conforme diretrizes específicas editadas pelo Conselho Nacional de Educação e nas diretrizes seguidas para a realização do estágio estão na Organização Didática - OD (artigos 160 a 179).

Vale salientar que o estágio curricular supervisionado obrigatório é componente curricular indispensável para a integralização (art. 162 inciso I da OD). A carga horária diária do estágio é definida em comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o estudante estagiário, devendo constar no Termo de Compromisso de Estágio e ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar seis horas diárias e 30 horas semanais (art. 164 da OD).

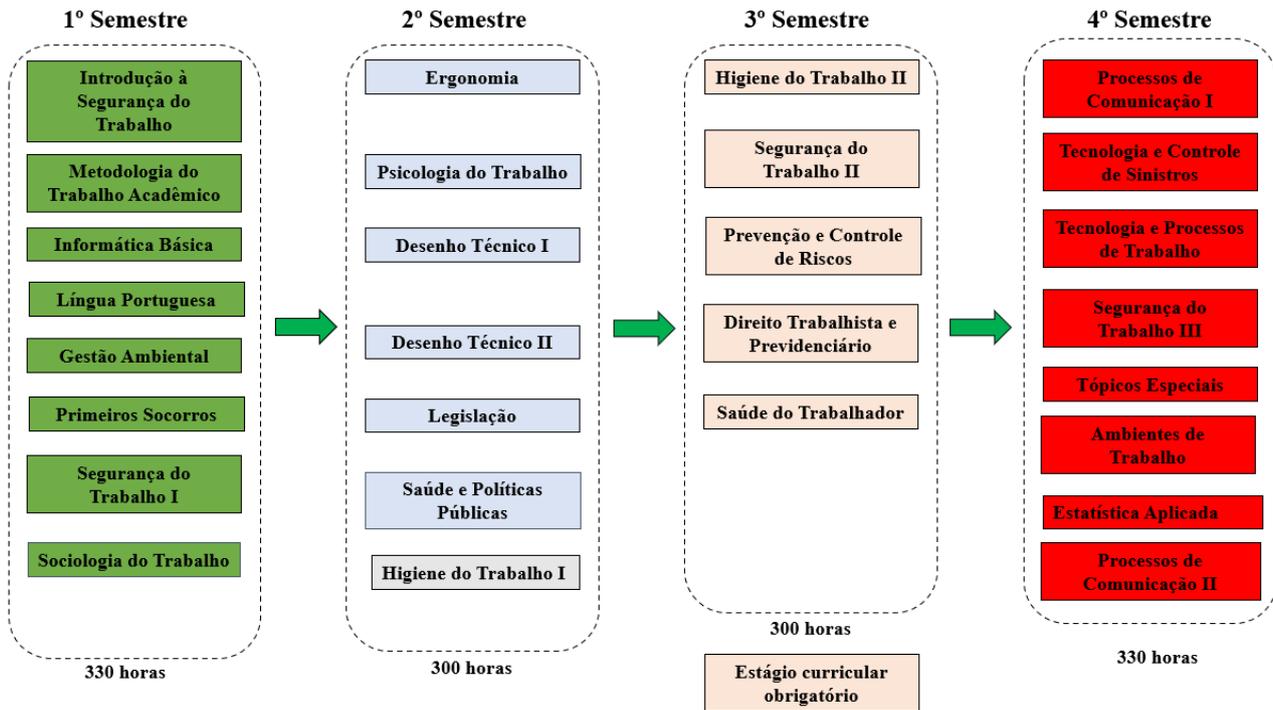
Além disso, o estágio curricular obrigatório pode ser realizado a partir do terceiro semestre do curso, deve ter a orientação de um professor do curso que precisa ao menos uma vez visitar o local de realização do estágio. Além disso, o estágio deve ser realizado em um local que tenha a necessidade de um profissional da área de Segurança do Trabalho, visto que conforme determina a OD deve ser desenvolvido na área de formação do estudante.

O estágio deve ser realizado durante o período do curso, ou seja, dois anos, mas conforme determina a OD pode ser prorrogado mediante solicitação do discente com anuência do Colegiado do curso (art. 172 da OD).

4.3 Atividades Não Presenciais (EaD)

O curso Técnico em Segurança do Trabalho não ofertará disciplinas a partir de Atividades Não Presenciais (EaD).

4.4. Representação gráfica da integração



4.5. Matriz Curricular

Semestre	Disciplinas Videira	Carga horária	CH Curricularização pesquisa e extensão	Prática Profissional
1	Introdução a Segurança do Trabalho	30	10	10
1	Língua Portuguesa	30		
1	Informática Básica	30		
1	Gestão Ambiental	30		
1	Metodologia do Trabalho Acadêmico	30	30	
1	Primeiros Socorros	60		30
1	Segurança do Trabalho I	60		30
1	Sociologia do Trabalho	60	20	
Carga horária total: 330 horas				
2	Ergonomia	60		
2	Psicologia do Trabalho	30		30
2	Higiene do Trabalho I	60		30
2	Desenho Técnico I	30		
2	Desenho Técnico II	30		20
2	Legislação	60		
2	Saúde e Políticas Públicas	30		
Carga horária total: 300 horas				
3	Higiene do Trabalho II	60		30
3	Segurança do Trabalho II	60		
3	Prevenção e Controle de Riscos	60	10	30
3	Direito Trabalhista e Previdenciário	60		
3	Saúde do Trabalhador	60		
Carga horária total: 300				
4	Processos de Comunicação I	30		
4	Tecnologia e Controle de Sinistros	60		30
4	Tecnologia e Processos de Trabalho	60		
4	Segurança do Trabalho III	30		30
4	Ambientes de Trabalho	60		
4	Estatística Aplicada	30		
4	Processos de Comunicação II	30		
4	Optativas	30		
Carga horária total: 330				
Total carga horária		1230	70	240
Optativas		30		
Carga horária estágio curricular obrigatório		100		
Carga horária do curso		1360		

4.5.1. Componentes optativos

Componente	Carga horária
Tópicos Especiais I	30
Tópicos Especiais II	30

4.6. Avaliação

A avaliação da aprendizagem escolar, é um processo pedagógico que permite a autocompreensão por parte do sistema de ensino, por parte do docente em relação ao seu trabalho e, por fim, a autocompreensão do estudante, ao tomar consciência em relação ao seu limite e necessidades de avanço no que diz respeito a sua aprendizagem e alcance do perfil do egresso. A avaliação da aprendizagem dos estudantes, prevista no Plano de Ensino de cada componente curricular, será contínua e cumulativa, considerando os resultados apresentados ao longo do processo, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Deste modo, a avaliação dos aspectos qualitativos compreende, além da acumulação de conhecimentos e dos resultados alcançados com a avaliação de característica quantitativa, o diagnóstico, a orientação e reorientação do processo de ensino e de aprendizagem, visando o aprofundamento dos conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos estudantes.

A avaliação do rendimento escolar enquanto elemento formativo e condição integradora entre ensino e aprendizagem deverá ser ampla, contínua, gradual, dinâmica e cooperativa e seus resultados serão sistematizados, analisados e divulgados.

O professor informará aos estudantes, por meio da apresentação do Plano de Ensino no início do período letivo, os critérios para avaliação do rendimento escolar.

Tendo como pressuposto que a avaliação deve considerar os objetivos gerais e específicos dos componentes curriculares e o processo de ensino-aprendizagem como um todo, serão utilizados instrumentos de avaliação de natureza variada e em número amplo o suficiente para poder avaliar o desenvolvimento de capacidades e saberes com ênfases distintas e ao longo do período letivo. De acordo com a natureza do componente curricular admite-se, entre outros, como instrumento de avaliação da aprendizagem:

- I - Avaliação escrita;
- II - Avaliação oral ou prático-oral;
- III - Avaliação prática;
- IV - Trabalho individual ou em grupo;
- V - Seminário;

- VI - Estudo de caso;
- VII - Resenhas e artigos;
- VIII - Relatório de atividades;
- IX - Relatório de visita técnica;
- X - Portfólio;
- XI - *Webquest*;
- XII - Autoavaliação;
- XIII - Dramatização;
- XIV - Desenho;
- XV - Maquete;
- XVI - Experimentação;
- XVII - Álbuns.

O docente adotará os instrumentos de avaliação que julgar mais adequado e eficiente, para a promoção da aprendizagem escolar, devendo expressá-los no Plano de Ensino e, para fins de registro no Diário de Classe, deve-se adotar a escala de notas.

§ 3o Em cada ciclo deverá ser utilizado instrumentos diversos de avaliação.

É considerado aprovado o estudante que atender os seguintes critérios:

I - ter média parcial igual ou superior a 7,0 (sete), nos cursos que possuem exame final;

O estudante que não atingir os critérios de aprovação definidos no item I do artigo 218 tem direito a realização do exame para que seja feita a reposição das notas, atendido o critério de aprovação por assiduidade, sendo que a média final para aprovação deve ser maior que, ou igual a 5,0 (cinco), resultante da seguinte fórmula: Média Final= Média do Período+Notado Exame Final 2 $\geq 5,0$

Além disso, o estudante que realizar reavaliação da aprendizagem e não atingir os critérios de aprovação definidos nesta seção é considerado reprovado. O estudante pode cursar os componentes curriculares em que tenha reprovado em tempo concentrado de, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária, desde que atendidos os objetivos da disciplina e que essa medida esteja prevista no PPC.

O Regime de Dependência poderá ter seu tempo concentrado, desde que seja cumprido todo o conteúdo programático necessário para o(s) aluno(s) alcançar(em) aproveitamento mínimo para progressão. A disciplina da dependência deverá ter, no mínimo, 20% da carga horária presencial do componente curricular regular.

Conforme Organização Didática, Art. 210 nos cursos subsequentes o estudante que obtiver aproveitamento abaixo da média, em quaisquer dos componentes curriculares, tem direito a

reavaliação da aprendizagem. A reavaliação da aprendizagem deve estar contemplada no PPC, no Plano de Ensino e no diário de turma.

4.6.1. Recuperação paralela

Os Estudos de Recuperação Paralela são organizados e estruturados de maneira a possibilitar a revisão de conteúdos e a reavaliação com objetivo de garantir ao estudante o prosseguimento dos estudos. A recuperação paralela pode ser ofertada por meio de: monitorias, grupos de estudos, criação de turma com estudantes de diferentes cursos, dentre outras estratégias,

Os estudos de recuperação paralela são incentivados e incorporam a avaliação contínua e, sob esta perspectiva, a recuperação qualitativa de conteúdos deverá ocorrer ao longo do período letivo visando o aperfeiçoamento da aprendizagem.

Cada docente preverá em seu planejamento os estudos de recuperação paralela divulgado no Plano de Ensino do componente curricular. As atividades de recuperação de estudos serão registradas no diário de classe ou em documento similar disponibilizado pela instituição.

Os estudos de recuperação paralela contemplam momentos de reavaliação, que deverão ser registrados e, seus resultados, quando melhores, substituirão os anteriores. A reavaliação integra a avaliação da aprendizagem do estudante, sendo sua oferta condicionada ao resultado obtido nas atividades avaliativas do componente curricular. O registro da nota da reavaliação da aprendizagem irá ocorrer no final de cada ciclo. O resultado obtido na reavaliação, quando maior, substituirá a nota reavaliada. É facultado a todos os estudantes o direito aos estudos de recuperação paralela, e, que obtiver nota igual ou superior a 6 (seis) nas avaliações realizadas.

4.6.2 Sistema de avaliação do curso (auto-avaliação realizada pelo NDB/NDE e/ou colegiado e avaliação realizada pela CPA)

A Resolução nº 010/2021 – Organização Didática dos Cursos do IFC, prevê que a avaliação do curso ocorra de modo a compreender a análise das práticas no desenvolvimento do curso e o processo de retroalimentação para os currículos. Para avaliação do curso será adotada como referência a autoavaliação realizada pelo próprio curso, a avaliação Institucional realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFC e avaliações do âmbito do MEC. O acompanhamento da avaliação do curso é de competência da PROEN e PROPI, em articulação com a Procuradoria Educacional Institucional (PEI), as DEPEs dos campi, Coordenações de Cursos e a Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFC.

4.7 Ementário

4.7.1 Componente curriculares obrigatórios

1º Semestre

Língua Portuguesa
<p>Ementa: Análise e interpretação de texto, leitura e redação. Elementos da comunicação, gêneros e tipos textuais. Aspectos gramaticais relevantes: acentuação, pontuação, concordância nominal e verbal, coerência e coesão. Língua padrão e variação linguística. Adequação linguística e os desafios da comunicação no mundo do trabalho. Oratória e apresentação de slides. Produção de textos acadêmicos: resumos, resenhas e relatórios.</p> <p>Os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental; Educação para o Trânsito e Educação Alimentar e Nutricional.</p>
<p>Bibliografia</p> <p>FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. 5. ed. São Paulo: Ática, 2010. 432 p.</p> <p>KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2011. 216 p. ISBN 9788572443272 (broch.).</p> <p>VAL, Maria da Graça Costa. Redação e textualidade. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. vii, 133 p.</p>
<p>Bibliografia complementar</p> <p>BAGNO, Marcos. A língua de Eulália: novela sociolinguística. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2011. 219 p.</p> <p>BECHARA, Evanildo. Gramática escolar da língua portuguesa. 2. ed. ampl. e atual. pelo novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. 707 p.</p> <p>BIANCHETTI, Lucidio; MACHADO, Ana Maria Netto. A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. 2. ed. Florianópolis: São Paulo: 2006. Ed. da UFSC, 408 p.</p> <p>CEGALLA, Domingos Paschoal. Dicionário de dificuldades da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: lexikon., 2009. 43p.</p> <p>KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A coerência textual. 18.ed. São Paulo: Contexto, 2011. 118p.</p>

Informática Básica
<p>Ementa: Conceitos Básicos de Informática. Sistemas Operacionais. Principais Aplicativos para edição de textos, planilhas de cálculo e apresentações multimídia. Noções de Internet e correio eletrônico.</p> <p>O tema transversal contemplado na disciplina são: Educação Ambiental.</p>
<p>Bibliografia</p> <p>CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à Informática. São Paulo (SP): Pearson Prentice Hall, 8ª ed., xv, 2004. 350 p.</p>

OLIVEIRA, R. S. de; CARISSIMI, A. da S.; TOSCANI, S. S. **Sistemas operacionais**. Porto Alegre: Instituto de Informática da UFRGS, 2001. 233 p.

VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática: conceitos básicos**. Rio de Janeiro (RJ): Elsevier, 6ª ed. rev. e atual., 2003. 369 p.

Bibliografia complementar

BENYON, David. **Interação humano-computador**. 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2011. xx, 442 p.

CAIÇARA JUNIOR, Cícero. **Informática, internet e aplicativos**. Curitiba: Ibpex, 2007. 267 p.

FEDELI, Ricardo Daniel; POLLONI, Enrico Giulio Franco; PERES, Fernando Eduardo. **Introdução à ciência da computação**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. xvi, 250 p.

MIYAGUSKU, Renata Hiromi. **300 dicas do Office 2007**. São Paulo: Digerati, 2007. 112 p.

REHDER, Wellington da Silva; OLIVEIRA, Karina de. **OpenOffice.org Calc: guia prático**. São Paulo (SP): Viena, 2004. 140 p

Introdução à Segurança do Trabalho

Ementa: Noções sobre o funcionamento do curso. Perfil do técnico em segurança do trabalho. Mercado de trabalho e atuação profissional. Definições de termos utilizados na área de segurança do trabalho. Evolução da segurança do trabalho. Introdução à Educação a Distância (EaD) no curso Técnico em Segurança do Trabalho.

Os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental; Educação para o Trânsito e Educação Alimentar e Nutricional.

Bibliografia

BARBOSA FILHO, A. N. **Segurança do trabalho & gestão ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. xviii, 314 p.

BRASIL. **Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho**. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras>>.

ROJAS. P. **Técnico em Segurança do Trabalho**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Bibliografia complementar

LLORY, M; MONTMAYEUL, R. **O acidente e a organização**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2014. 192 p. (Série Confiabilidade Humana).

BREVIGLIERO, E.; POSSEBON, J.; SPINELLI, R. **Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos**. 6. ed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2011. 448 p.

SALIBA, T. M.; SALIBA, S. C. R. **Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador**. 6. ed. São Paulo: LTr, 2009. 720 p.

RBSO. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/rbso/a-revista>>.

Revista Proteção. Disponível em:

<http://www.protecao.com.br/videos/jornada_aborda_relacao_entre_transtornos_mentais_e_ambiente_de_trabalho/AJjjA5>.

Sociologia do Trabalho

Ementa: Concepções clássicas e contemporâneas da sociologia do trabalho. Trabalho e produção. Forças produtivas e relações de poder. Globalização e as transformações no mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e mercado de trabalho. Organização dos trabalhadores.

Os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental; Educação para o Trânsito; Educação Alimentar e Nutricional e Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.

Bibliografia

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 11. ed. São Paulo: Cortez, Editora da UNICAMP, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2020.

POCHMANN, Marcio. **Desigualdade econômica no Brasil.** São Paulo: Ideias e Letras, 2015.

Bibliografia complementar

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade.** 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997. 307 p.10

ANTUNES, Ricardo. **A fábrica de educação: da especialização Taylorista à flexibilização Toyotista.** São Paulo: Cortez, 2017.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social.** São Paulo: Boitempo, 2014.

Primeiros Socorros

Ementa: NR 07 - Primeiros socorros, Kit de primeiros socorros e Brigada de Emergência. NR 01 - Plano de Resposta a Emergência (GRO). O Serviço de Emergências Médicas. Anatomia e Fisiologia Humana. Avaliação da Cena de Urgência/Emergência. Biossegurança. Abordagem Primária da Vítima. Manejo de Vias Aéreas: desobstrução e reanimação respiratória. Oxigenoterapia. Reanimação Cardiopulmonar: desfibrilação externa automática (AED/DEA). Estado de Choque. Hemorragias. Trauma: luxação, entorses, fraturas e imobilização. Ferimentos em Tecidos Moles. Queimaduras. Emergências Clínicas: cardiovasculares e respiratórias. Intoxicação. Remoção de Vítimas: manipulação e transporte de vítimas. Emergências Especiais: vítimas pediátricas, idosas e gestantes. Animais peçonhentos.

Os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação para o Trânsito; Educação Alimentar e Nutricional e Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.

Bibliografia

FERNANDES, Almesinda Martins de O; PINHEIRO, Ana Karla da Silva. **Tecnologia de prevenção e primeiros socorros ao trabalhador acidentado.** Goiânia: AB, 2007. xv, 196 p. (Saúde e segurança do trabalhador; v. 6).

SENAC Departamento Nacional; SILVEIRA, José Marcio da Silva; BARTMANN, Mercilda; BRUNO, Paulo. **Primeiros socorros: como agir em situações de emergência**. 3. ed. rev.atual. São Paulo: Ed. SENAC, 2014. 139 p.

SOUSA, Lucila Medeiros Minichello de. **Primeiros socorros: condutas técnicas**. 1.ed. São Paulo: Iátria, 2010. 176 p.

Bibliografia complementar

FERNANDES, Almesinda Martins de O; SILVA, Michelle Cristina da; OLIVEIRA, Sharleny Domitildes de. **Gestão de saúde, biossegurança e nutrição do trabalhador**. Goiânia: AB, 2006. 254 p.

HESS, Cathy Thomas. **Tratamento de feridas e Úlceras**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Reichmann & Affonso Editores, 2002. ix, 85p.

MINOZZO, Edson Leandro; ÁVILA, Ednaildes Pereira. **Escola segura: prevenção e primeiros socorros**. Porto Alegre: AGE, 2006. 123 p.

PARIZZI, Adelvino. **Anatomia humana básica**. 2. ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005. 246 p.

PINHEIRO, Ana Karla da Silva; FRANÇA, Maria Beatriz Araújo. **Ergonomia aplicada à anatomia e à fisiologia do trabalhador**. Goiânia: AB, 2006. xix, 165 p. (Coleção saúde e segurança do trabalhador).

Metodologia do Trabalho Acadêmico

Ementa: Formas de conhecimentos. O conhecimento científico: características e importância. Processos de estudos: seleção de material e fichamentos. Trabalhos acadêmicos: tipologia, características. Normas técnicas: citações, referências, aspectos fundamentais da formatação de trabalhos acadêmicos. Seminários.

Os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental; Educação para o Trânsito; Educação Alimentar e Nutricional e Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.

Bibliografia

ACEVEDO, Cláudia Rosa. **Como fazer monografias: tcc, dissertações, teses**. 4 ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2013. 254 p.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2007. 300 p. I85-224-3905-2.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p. ISBN 8522458233 (broch.).

Bibliografia complementar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação - citações em documentos - apresentação. Rio de Janeiro (RJ): ABNT, 2002. 7p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação –trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro (RJ): ABNT, 2011. 11p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro (RJ): ABNT, 2002. 24p.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo (SP): Pearson, 2010. 162 p.

LUCKMANN, Luiz Carlos; ROVER, Ardinete; VARGAS, Marisa. **Diretrizes para elaboração de trabalhos científicos: apresentação, elaboração de citações e referências de trabalhos científicos**. 4. ed. Joaçaba: Unoesc, 2010. 104 p. ISBN 9788587089724.

Gestão Ambiental

Ementa: Sistemas de Gestão Ambiental. Sistema de Gestão Integrada. Sistema de Controle Operacional. Legislação Ambiental Aplicada. Política Nacional do Meio Ambiente. Administração e Planejamento Ambiental. Diretrizes Internacionais de Meio Ambiente. Tratamento de água e fluentes. NR 25- Resíduos industriais.

O tema transversal contemplado na disciplina é: Educação Ambiental.

Bibliografia

PHILIPPI, Arlindo Jr.; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet. **Curso de Gestão Ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2004.

SÁNCHEZ, Luís Enrique. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 495p.

VEIGA, José Eli da. **Meio ambiente & desenvolvimento**. 4. ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2012. 182 p.

Bibliografia complementar

BRANCO, S. M. **O meio ambiente em debate**. 3.ed.rev. e amp. São Paulo: Moderna, 2004.

_____. **Energia e meio ambiente**. 2 ed. reform. São Paulo. Moderna, 2004.

GOLMBERG, J. **População e Ambiente: desafios à sustentabilidade**. São Paulo: Blucher, 2010.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2011.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Segurança do Trabalho I

Ementa: Riscos Ambientais: físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes. Mapas de Riscos. Cores na sinalização de segurança - NR 26. NR 10 - Segurança do Trabalho com Eletricidade: riscos associados a atividades com eletricidade; medidas de controle dos riscos em atividades com eletricidade. Ordem de Serviço – NR 01. Preenchimento do PPP e comparativo entre NR 15 e anexo IV do regulamento da previdência social. Normas regulamentadoras: NR 02, NR 03 e NR 04.

Os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental; Educação para o Trânsito.

Bibliografia

REVIGLIERO, Ezio; POSSEBON, José; SPINELLI, Robson. **Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos**. 5. ed. São Paulo.

SALIBA, Tuffi Messias. **Manual prático de Higiene Ocupacional e PPRA: a avaliação e controle dos riscos ambientais**. 7. ed. São Paulo: LTr, 2015. 375 p.

SALIBA, Tuffi Messias. **Manual prático de avaliação e controle de vibração: PPRA**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2014. 112 p.

Bibliografia complementar

BRASIL. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras>>.

LLORY, M; MONTMAYEUL, R. **O acidente e a organização**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2014. 192 p. (Série Confiabilidade Humana).

RAMAZZINI, B. As doenças dos trabalhadores. Tradução: Raimundo Estrêla. - 3ª ed. São Paulo: Fundacentro, 2000. 325p. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital/publicacao/detalhe/2016/6/as-doencas-dos-trabalhadores>>

BRASIL. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras>>.

LLORY, M; MONTMAYEUL, R. **O acidente e a organização**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2014. 192 p. (Série Confiabilidade Humana).

RAMAZZINI, B. **As doenças dos trabalhadores**. Tradução: Raimundo Estrêla. - 3ª ed. São Paulo: Fundacentro, 2000. 325p. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital/publicacao/detalhe/2016/6/as-doencas-dos-trabalhadores>>

2º Semestre:

Higiene do Trabalho I

Ementa: Introdução à higiene do trabalho. Avaliação e controle de agentes ambientais. Agentes físicos: temperaturas extremas, ruído, pressões anormais, radiações não-ionizantes e ionizantes, vibrações, iluminação. Normas NHO Fundacentro. Insalubridade, Periculosidade, NR 15 e 16. Técnicas e uso de equipamentos. ACGIH e NIOSH.

Os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental; Educação para o Trânsito; Educação Alimentar e Nutricional.

Bibliografia

BREVIOLIERO, Ezio; POSSEBON, José; SPINELLI, Robson. **Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos**. 5. ed. São Paulo.

SALIBA, Tuffi Messias. **Manual prático de Higiene Ocupacional e PPRA: a avaliação e controle dos riscos ambientais**. 7. ed. São Paulo: LTr, 2015. 375 p.

_____. **Manual prático de avaliação e controle de vibração: PPRA**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2014. 112 p.

Bibliografia complementar

BRASIL. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras>>.

SALIBA, Tuffi Messias. **Manual prático de avaliação e controle de calor: PPRA**. 7. ed. São Paulo: LTr, 2016. 80 p.

_____. **Manual prático de avaliação e controle de vibração: PPRA**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2014. 112 p.

_____. **Manual prático de avaliação e controle do ruído: PPRA**. 9. ed. São Paulo: LTr, 2016. 143 p.

SANTOS, Alcinéia M. dos Anjos. **Introdução à higiene ocupacional**. São Paulo: FUNDACENTRO, 2004. 84 p.

Ergonomia

Ementa: Conceito e evolução da história da ergonomia e seu desenvolvimento. NR17 princípios e objetivos. Ergonomia física, cognitiva e organizacional. Antropometria. Sistema homem máquina, fadiga, trabalho muscular, monotonia e trabalho em turnos. Análise ergonômica em postos de trabalho e projeto ergonômico. Principais métodos utilizados em ergonomia.

Os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental; Educação para o Trânsito.

Bibliografia

ABRAHÃO, Júlia et al. **Introdução à ergonomia: da prática à teoria**. São Paulo: E. Blücher, 2009. 240 p.

FALZON, Pierre (Ed.). **Ergonomia**. São Paulo: Blücher, 2007. xxi, 640p.

IIDA, Itiro. **Ergonomia: projeto e produção**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: E. Blücher, 2005. xvi, 614 p.

Bibliografia complementar

A ERGONOMIA em busca de seus princípios: debates epistemológicos. São Paulo: Edgard Blücher, 2004. 244 p.

CYBIS, Walter; BETIOL, Adriana Holtz; FAUST, Richard. **Ergonomia e usabilidade: conhecimentos, métodos e aplicações**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Novatec, 2010. 422 p.

GUÉRIN, François et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. São Paulo: Fundação Carlos Alberto Vanzolini: E. Blücher, 2001. xviii, 200 p.

MENDES, René (Org.). **Patologia do trabalho**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atheneu, 2007. 1924 p.

PINHEIRO, Ana Karla da Silva; FRANÇA, Maria Beatriz Araújo. **Ergonomia aplicada à anatomia e à fisiologia do trabalhador**. Goiânia: AB, 2006. xix, 165 p.

Psicologia do Trabalho

Ementa: Noções de psicologia aplicada ao trabalho. Os processos de comunicação no trabalho. Relacionamento interpessoal e Equipes de trabalho. Estresse e qualidade de vida no trabalho. Saúde mental e trabalho.

Os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental; Educação para o Trânsito; Educação Alimentar e Nutricional e Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.

Bibliografia

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho.** São Paulo: Cortez. 1987.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Bibliografia complementar

BUSCHINELLI, J.T.; ROCHA, L.; RIGOTTO, R. (Orgs.) **Isto é trabalho de gente?** Petrópolis: Vozes, 1994.

COUTINHO, M. C. **Sentidos do trabalho contemporâneo: As trajetórias identitárias como estratégia de investigação.** Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 12(2), 189-202. 2009.

JACQUES, M. Das G.; CODO, W. **Saúde mental e trabalho: leituras.** Petrópolis: Vozes, 2002.

JACQUES, M. da G.; JACQUES, C.C. **Acidente de Trabalho e Implicações Psicossociais: Uma discussão introdutória. Pesquisas e Práticas Psicossociais.** V.3. n. 2. São João del-Rei, mar.2009. p. 141-149. Disponível em: http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/Jacques_e_Jacques.pdf

OLIVEIRA, F. (). A persistência da noção de ato inseguro e a construção da culpa: os discursos sobre os acidentes de trabalho em uma indústria metalúrgica. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, 32 (115), 19-27. 2007.

Desenho Técnico I

Ementa: Introdução ao desenho técnico. Princípios do desenho técnico para execução e interpretação de plantas. Leitura, normas e técnicas do desenho. Caligrafia técnica. Escalas. Simbologia.

Os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental; Educação para o Trânsito; Educação Alimentar e Nutricional e Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.

Bibliografia

MICELI, Maria Teresa; FERREIRA, Patrícia (Autor). **Desenho técnico básico.**2. ed. rev. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2008. 143 p.

SCHNEIDER, W. **Desenho técnico industrial: introdução dos fundamentos de desenho técnico industrial.**[S.l.]: Hemus, 2008. x, 330 p.

SPECK, Henderson Jose; PEIXOTO, Virgílio Vieira. **Manual básico de desenho técnico.**7. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013. 204 p. (Didática).

Bibliografia complementar

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal: Métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas.** 3ª.ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2012. 283 p.

FRENCH, Thomas Ewing; VIERCK, Charles J. **Desenho técnico e tecnologia gráfica.**8. ed. atual. rev. e ampl. São Paulo: Globo, 2005. 1093 p.

RIBEIRO, Claudia Pimentel Bueno do Valle; PAPAZOGLU, Rosarita Steil. **Desenho técnico para engenharias.** Curitiba: Juruá, 2008. 196 p.

SILVA, Arlindo. **Desenho técnico moderno**.4. ed. Rio de Janeiro: LTC, c2006. xviii, 475 p.

VAN LENGEN, Johan. **Manual do arquiteto descalço**. São Paulo: Empório do Livro, 2009. 707 p.

Desenho Técnico II

Ementa: Desenhos em 2D com utilização de software CAD. Modelos de projetos simples para confecção de mapas de riscos.

Os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental; Educação para o Trânsito; Educação Alimentar e Nutricional e Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.

Bibliografia

MICELI, Maria Teresa; FERREIRA, Patrícia (Autor). **Desenho técnico básico**.2. ed. rev. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2008. 143 p.

SCHNEIDER, W. **Desenho técnico industrial: introdução dos fundamentos de desenho técnico industrial**. [S.l.]: Hemus, 2008. x, 330 p.

SPECK, Henderson Jose; PEIXOTO, Virgílio Vieira. **Manual básico de desenho técnico**.7. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013. 204 p. (Didática).

Bibliografia complementar

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal: Métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. 3.ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2012. 283 p.

FRENCH, Thomas Ewing; VIERCK, Charles J. **Desenho técnico e tecnologia gráfica**.8. ed. atual. rev. e ampl. São Paulo: Globo, 2005. 1093 p.

RIBEIRO, Claudia Pimentel Bueno do Valle; PAPAOGLOU, Rosarita Steil. **Desenho técnico para engenharias**. Curitiba: Juruá, 2008. 196 p.

SILVA, Arlindo. **Desenho técnico moderno**.4. ed. Rio de Janeiro: LTC, c2006. xviii, 475 p.

IIDA, Itiro. **Ergonomia: projeto e produção**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: E. Blücher, 2005. xvi, 614 p.

Legislação

Ementa: Hierarquia das Leis. Divisão Geral do Direito. Noções gerais sobre Direito e normas jurídicas. Normas pertinentes à segurança do trabalho (Convenções da OIT, CF/88, CLT e regulamentos). Normas e padrões internacionais. Introdução ao Direito Trabalhista: conceituação de empresa – empregado. Responsabilidade civil e criminal. Fundamentos da Administração. Funções Administrativas: Planejamento, Organização, Liderança e Controle. Gestão de Pessoas. Administração do Tempo. Gestão administrativa pública.

Os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental; Educação para o Trânsito; Educação Alimentar e Nutricional e Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.

Bibliografia

CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do trabalho**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. Editora Método, 1349 p. ISBN 9788530962043.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado**. 19. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2015. 1560 p. ISBN 9788502627512.

ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito do trabalho esquematizado**. 3. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2015. 750 p. ISBN 9788502627482.

Bibliografia complementar

BARSANO, Paulo Roberto. **Legislação Aplicada à Segurança do Trabalho**. 1 ed. São Paulo: Érica, 2014.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>

BRASIL. Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>

LEMES JR., Antônio Barbosa; CHEROBIM, Ana Paula; RIGO, Claudio Miessa. **Administração Financeira - Princípios, Fundamentos e Práticas Brasileiras**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Constitucional descomplicado**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. Editora Método, 981 p. ISBN 9788530968205.

Saúde e Políticas Públicas

Ementa: Evolução Histórica do Conceito de Saúde e Doença no Contexto da Sociedade. Sistema Único de Saúde. Pacto pela saúde. Condicionantes e Determinantes do Processo Saúde e Doença. Programas de Promoção da Saúde. Políticas públicas de Saúde e Educação. Política Nacional de Promoção de saúde. Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador. RENAST e CEREST (Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador). Saúde Mental. Lei orgânica da saúde. Lei 8.142/1990.

Os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental; Educação para o Trânsito; Educação Alimentar e Nutricional e Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.

Bibliografia

MENDES, René (Org.). **Patologia do trabalho**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atheneu, 2007. 1924 p.

MONTEIRO, Antonio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 478 p.

SEGURANÇA e medicina do trabalho. 65.ed. São Paulo: Atlas, 2010. (Manuais de legislação atlas).

Bibliografia complementar

BRASIL. **Código de processo penal e constituição federal**. 49. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2009.

BRASIL. Lei 8.080/ 1990. **Lei orgânica da saúde**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>

BRASIL. **Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da trabalhadora**. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html>

BRASIL. **Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST)**. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt2728_11_11_2009.html>

FERNANDES, Almesinda Martins de O; SILVA, Michelle Cristina da; OLIVEIRA, Sharleny Domitildes de. Goiânia: AB, 2006. 254 p.

3º Semestre

Higiene do Trabalho II

Ementa: Agentes químicos: gases, vapores orgânicos e inorgânicos, névoas, neblinas, aerodispersóides, poeiras, fumos, fumaça metálica. Agentes biológicos: vírus, bactérias, fungos, entre outros. Limites de tolerância. Insalubridade. Estudo e interpretação NR-15. ACGIH e NIOSH.

Os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental; Educação para o Trânsito; Educação Alimentar e Nutricional e Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.

Bibliografia

BRAVIGLIERO, E.; POSSEBON, J.; SPINELLI, R. **Higiene Ocupacional, agentes biológicos, químicos e físicos**. 7ª ed. São Paulo: Ed Senac São Paulo, 2014.

CORRÊA, M. A. C.; SALIBA, T. M. **Manual prático de avaliação e controle de gases e vapores: PPRA**. 6. ed. São Paulo: LTr, 2014. 152 p.

SALIBA, T. M. **Manual prático de avaliação e controle de poeira e outros particulados: PPRA**. 8. ed. São Paulo: LTr, 2016. 128 p.

Bibliografia complementar

FALZON, P. (Ed.) **Ergonomia**. São Paulo: Editora Blucher, 2007.

NR, **Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego**. NR-15 - Atividades e Operações Insalubres.

SALIBA, T. M. **Insalubridade e periculosidade: aspectos técnicos e práticos**. 11ªed. São Paulo: Ltr, 2012.

SANTOS, A. M. dos A. **Introdução à higiene ocupacional**. São Paulo: FUNDACENTRO, 2004. 84 p.

SZABÓ JÚNIOR, A. M. **Manual de segurança, higiene e medicina do trabalho**. São Paulo: Rideel, 2012.

Segurança do Trabalho II

Ementa: Programas de Gerenciamento de Riscos. Segurança no transporte, movimentação, armazenamento e manuseio de materiais NR-11. Caldeiras e vasos de pressão NR-13. Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho NR-24. Fiscalização e penalidades NR-28. Investigar,

analisar e relatar causas e consequências do acidente no ambiente de trabalho, CAT. Normas Regulamentadoras NR-06, NR-08, NR-09, NR-11, NR-12, NR19, NR-20, NR-21, NR-24, NR-26, NR-28. Ventilação industrial.

Os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental; Educação para o Trânsito; Educação Alimentar e Nutricional.

Bibliografia

ARAÚJO JUNIOR, Francisco Milton. **Doença ocupacional e acidente de trabalho: análise multidisciplinar**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2013. 237 p.

LLORY, Michel; MONTMAYEUL, René. **O acidente e a organização**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2014. 192 p. (Série Confiabilidade Humana).

MONTEIRO, Antônio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 478 p.

Bibliografia complementar

BERNARDO, Márcia Hespanhol. **Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 192 p.

BOTELHO, Manoel Henrique Campos; BIFANO, Hercules Marcello. **Operação de caldeiras: gerenciamento, controle e manutenção**. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2015. 208p.

DANIELLOU, François; SIMARD, MARCEL; BOISSIÈRES, Ivan. **Fatores humanos e organizacionais da segurança industrial: um estado da arte França**: Foncsi, 2009. 117 p. (Les Cahiers de La Sécurité Industrielle 2013-07).

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. BRASIL. **Prevenção de acidentes industriais maiores: um código de práticas da OIT**. São Paulo: FUNDACENTRO, 2002. 119 p

Prevenção e controle de riscos

Ementa: Antecedentes históricos. Estudos realizados. Teorias de sistemas e subsistemas. Teoria e riscos. Gestão de riscos. Ferramentas e métodos de identificação, análise, avaliação e controle de riscos. Explicação dos termos. Avaliação de perdas num sistema.

Os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental; Educação Alimentar e Nutricional e Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.

Bibliografia

IIDA, Itiro. **Ergonomia: projeto e produção** .2. ed. rev., ampl. São Paulo: E. Blücher, 2005. xvi, 614 p.

LEAL, Paulo. **Descomplicando a segurança do trabalho: ferramentas para o dia a dia**. São Paulo: LTr, 2012. 344 p.

MONTEIRO, Antônio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas** .7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 478 p.

Bibliografia complementar

DANIELLOU, François; SIMARD, MARCEL; BOISSIÈRES, Ivan. **Fatores humanos e organizacionais da segurança industrial: um estado da arte.** França: Foncsi, 2009. 117 p. (Les Cahiers de La Sécurité Industrielle 2013-07).

FALZON, Pierre (Ed.). **Ergonomia.** São Paulo: Blücher, 2007. xxi, 640p.

GARCIA, Julianna Maria Rebouças; CREMONESI, Katharina da Câmara Pinto. **Programas preventivos: subsídios para análise de riscos.** Goiânia: AB Editora, 2006. 146 p. (Col. Saúde e Segurança do Trabalhador)

Recomendação técnica de procedimentos: escadas, rampas e passarelas: NR 18 - Condições e meio ambiente do trabalho na indústria da construção. São Paulo: FUNDACENTRO, 2005. 59 p.

WISNER, Alain; FUNDACENTRO. **A inteligência no trabalho: textos selecionados de ergonomia.** São Paulo: FUNDACENTRO, 2003. 190 p

Direito Trabalhista e Previdenciário

Ementa: Fundamentos do Direito do Trabalho. A jornada do trabalho e seus reflexos legais e trabalhistas. Relação de Trabalho. Contrato individual de trabalho: generalidades, duração, espécies, alteração, rescisão, aviso prévio, estabilidade. Proteção do trabalho da mulher e do menor. Seguridade e previdência e social: histórico, noções, generalidades e conceitos. Segurados. Benefícios previdenciários. Direitos e deveres do profissional de Segurança do Trabalho; Legalidade do SESMT.

Os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental; Educação para o Trânsito; Educação Alimentar e Nutricional e Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.

Bibliografia

CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do trabalho.** 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. Editora Método, 1349 p. ISBN 9788530962043.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado.** 19. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2015. 1560 p. ISBN 9788502627512.

SANTOS, Marisa Ferreira dos. **Direito previdenciário esquematizado.** 6. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2016. 806 p. ISBN 9788547201906.

Bibliografia complementar

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>.

BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. **Consolidação das Leis do Trabalho.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>.

BRASIL. Lei n. 8.213/1991. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 05 set. 2016.

CARRION, Valentin. **Comentários a consolidação das leis do trabalho: legislação complementar, jurisprudência.** 35. ed. atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. 1322 p. ISBN 9788502081529.

ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito do trabalho esquematizado**. 3. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2015. 750 p. ISBN 9788502627482.

Saúde do Trabalhador

Ementa: Toxicologia Industrial. Procedimentos em toxicômanos. Doenças do trabalho. Patologias do Trabalho: físico, químico, biológico e ergonômico. Epidemiologia geral. Recuperação do acidentado: reabilitação profissional. Estudo e interpretação da NR-07. Exames médicos e periódicos. PCMSO: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. Fisiologia do Trabalho. NR 32 e Conhecer a Lei de Biossegurança. Patologias do Trabalho.

Os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental; Educação para o Trânsito; Educação Alimentar e Nutricional e Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.

Bibliografia

MENDES, René (Org.). **Patologia do trabalho**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atheneu, 2007. 1924 p.

SCALDELA, Aparecida Valdinéia et al. **Manual prático de saúde e segurança do trabalho**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Yendis, 2012., 433 p.

Segurança e medicina do trabalho. 65.ed. São Paulo: Atlas, 2010. (Manuais de legislação atlas).

Bibliografia complementar

ARCURI, Arline Sydneia Abel; CARDOSO, Luiza M. N (Coord.). **Acordo e legislação sobre o benzeno: 10 anos**. São Paulo: Fundacentro, 2005.

BRASIL. **Caderno de Atenção Básica número 5 – Saúde do Trabalhador**. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd03_12.pdf>

COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Segurança e saúde no trabalho: cidadania, competitividade e produtividade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005. x, 195 p.

FUNDACENTRO, 2005. BREVIGLIERO, Ezio; POSSEBON, José; SPINELLI, Robson. **Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos**. 6. ed. São Paulo: Ed. SENAC. São Paulo, 2011. 448 p.

SALIBA, Tuffi Messias. **Manual prático de higiene ocupacional e PPRA**. 7. ed. São Paulo: LTr, 2015. 375 p.

4º Semestre

Processos de Comunicação I

Ementa: Elementos da comunicação. Filtros da comunicação/feedback. Tipos de Comunicação e Funções da Comunicação. Barreiras à comunicação humana devido à linguagem e à personalidade. Oratória Moderna. Técnicas de oratória. Comunicação e relacionamento humano e profissional. Prática de oratória.

Os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental; Educação para o Trânsito; Educação Alimentar e Nutricional e Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.

Bibliografia

FALZON, P. (Ed.) **Ergonomia**. São Paulo: Editora Blucher, 2007.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009. 158 p.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 2011.

Bibliografia complementar

BLIKSTEIN, I. **Como falar em público: técnicas e habilidades de comunicação para apresentações**. São Paulo, SP: Ática, 2006.

FREIRE, A. M. A. (Org). **A Pedagogia da libertação em Paulo Freire**. São Paulo, SP: UNESP, 2001. 330 p. (Série Paulo Freire)

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra;1996.

_____. **Extensão ou comunicação?** 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. 131 p.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Práxis**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2010.

Processos de Comunicação II

Ementa: Planejamento e projeto: etapas e elaboração; objetivos de ensino. Conteúdo. Estratégia ou Procedimento de Ensino. Recursos audiovisuais. Reunião. Técnicas e organização de grupo; Desempenho prático através de uma aula ou palestra, com utilização de recursos didáticos; desenvolvimento de campanhas; técnicas de treinamento.

Os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental; Educação para o Trânsito; Educação Alimentar e Nutricional e Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.

Bibliografia

FERREIRA, GONZAGA. **Redação Científica: como entender e escrever com facilidade**. São Paulo: Atlas, 2011. 155 p.

MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. **Português instrumental: de acordo com as normas da ABNT**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 560 p.

SILVA, Daniel Nascimento. **Manual de redação para trabalhos acadêmicos: position paper, ensaios teóricos, artigos científicos e questões discursivas**. São Paulo: Atlas, 2012. 94 p.

Bibliografia complementar

MEDEIROS, João Bosco. **Português instrumental: para cursos de contabilidade, economia e administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 438 p.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 330 p.

PERISSÉ, Gabriel. **Ler, pensar e escrever**. 5. ed., rev., atual e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011. 91 p.

SARMENTO, Leila Lauer. **Oficina de redação: volume único**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006. 472 p.

VIANA, Antonio Carlos. **Guia de redação: escreva melhor**. São Paulo: Scipione, 2011. 240 p.

Tecnologia e Controle de Sinistros

Ementa: Emergências com Produtos Perigosos. Prevenção e Controle de Incêndios. Planos de Emergência. Instrução Prática.

Os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental; Educação para o Trânsito; Educação Alimentar e Nutricional e Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.

Bibliografia

ARAÚJO, Giovanni Moraes de. **Normas regulamentadoras comentadas: legislação de segurança e saúde no trabalho**. 7. ed. rev. ampl. atual. e il. Rio de Janeiro: GVC, 2009. 1006 p.

MORAIS, Carlos Roberto Naves. **Perguntas e respostas comentadas em segurança e medicina do trabalho: incluindo NRs**. 3. ed. rev. e ampl. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2008. xxiii, 424 p.

ROJAS, Pablo. **Técnico em segurança do trabalho**. Porto Alegre: Bookman, 2015. xiii, 185 p.

Bibliografia complementar

CAMILO JUNIOR, Abel Batista. **Manual de prevenção e combate a incêndios**. 12. ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2012. 240 p

CAMILO JUNIOR, Abel Batista. **Manual de prevenção e combate a incêndios**. 15.ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2013.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO CORPO DE BOMBEIROS. Disponível em:
<<http://www.cbm.sc.gov.br/dat/index.php/instrucoes-normativas-in>>.

SENAC Departamento Nacional; SILVEIRA, José Marcio da Silva; BARTMANN, Mercilda; BRUNO, Paulo. **Primeiros socorros: como agir em situações de emergência**. São Paulo: Editora SENAC, 2005.

Tecnologia e Processos de Trabalho

Ementa: Introdução ao estudo dos processos de produção. Fluxos de produção. Uso, conservação e inspeção de ferramental e equipamentos. Manutenção preventiva e corretiva: corrosão. Tecnologia da indústria química. Segurança em laboratórios químicos. Máquinas e Equipamentos de Transporte. Processo de Trabalho e Produção: na construção civil, em serviços da saúde, em agroindústria, em transporte e logística. Processos de trabalho regionais.

Os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental; Educação para o Trânsito e Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.

Bibliografia

FALZON, Pierre (Ed.). **Ergonomia**. São Paulo: Blücher, 2007. xxi, 640p.

GUÉRIN, François et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. São Paulo: Fundação Carlos Alberto Vanzolini: E. Blücher, 2001. xviii, 200 p.

IIDA, Itiro. **Ergonomia: projeto e produção**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: E. Blücher, 2005. xvi, 614 p.

Bibliografia complementar

ARAÚJO, Nelma Mirian Chagas de. **Custos da implantação do PCMAT na ponta do lápis**. São Paulo: FUNDACENTRO, 2002. 142 p.

BARBOSA FILHO, Antonio Nunes. **Segurança do trabalho na construção civil**. São Paulo: Atlas, 2015. 186 p. ISBN 9788522499410.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal: Métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. 3. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2012. 283 p.

DANIELLOU, François; SIMARD, MARCEL; BOISSIÈRES, Ivan. **Fatores humanos e organizacionais da segurança industrial: um estado da arte**. França: Foncsi, 2009. 117 p. (Les Cahiers de La Sécurité Industrielle 2013-07). ISBN 21003874.

Recomendação técnica de procedimentos: escadas, rampas e passarelas: **NR 18 - Condições e meio ambiente do trabalho na indústria da construção**. São Paulo: FUNDACENTRO, 2005. 59 p.

Ambientes de Trabalho

Ementa: Noções de Urbanismo; Projetos industriais; NR8; NR24; NR26; NR18; Acessibilidade; Atividade rural no Brasil; Agricultura familiar e agroindústria; Da produção agrícola à industrialização; Integração e os riscos no trabalho; Riscos no trabalho rural; NR 31 - e sua aplicação; NR 21 - Trabalho a Céu aberto. Os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental; Educação para o Trânsito; Educação Alimentar e Nutricional e Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.

Bibliografia

BRASIL. NR 31. **Segurança e saúde do trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura**.

FALZON, P. (ed). **Ergonomia**. São Paulo: Blücher, 2007. xxi, 640p

FREITAS, C. M. de; GARCIA, E. G. **Trabalho, saúde e meio ambiente na agricultura**. *Rev. bras. saúde ocupacional*. São Paulo, v. 37, n. 125, p. 12-16, jun. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572012000100003&lng=en&nrm=iso

Bibliografia complementar

GARCIA, Eduardo Garcia; ALVES FILHO, José Prado. **Aspectos de prevenção e controle de acidentes no trabalho com agrotóxicos**. São Paulo: FUNDACENTRO, 2005, 51 p.

LIMA, Helen de; GARCIA, Julianna Maria Rebouças; CAPEL, Daniela Zamarioli. **Técnicas e práticas na agroindústria, na construção civil e no ambiente hospitalar**. Goiânia: AB, 2006, xv, 214 p.

MANUAL de prevenção de acidentes no uso de ferramentas manuais no meio rural. São Paulo: FUNDACENTRO, 1981.

MOREIRA, Jessica Pronestino de Lima et al. **A saúde dos trabalhadores da atividade rural no Brasil**. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 8, p. 1698-1708, Ago 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2015000801698&lng=en&nrm=iso>.

SCHNEIDER, S. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-122, fev. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100008&lng=en&nrm=iso>.

Segurança do Trabalho III

Ementa: Segurança e saúde no trabalho: Trabalho Portuário; Aquaviário; Indústria da Construção e Reparação Naval; Construção Civil. Estudo das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho: NR-31; NR-33, NR-34, NR-13, NR-14, NR-05, NR-29, NR-30, NR-35, NR-36 e NR-37.

Os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental; Educação para o Trânsito; Educação Alimentar e Nutricional e Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.

Bibliografia

BRASIL. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras>>.

SALIBA, Tuffi Messias. **Manual prático de higiene ocupacional e PPRA**. 7. ed. São Paulo: LTr, 2015. 375 p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. BRASIL (AUTOR). Prevenção de acidentes a bordo de navios no mar e nos portos: código de práticas da OIT. São Paulo: FUNDACENTRO, 2005.

Bibliografia complementar

FALZON, Pierre (Ed.). **Ergonomia**. São Paulo: Blücher, 2007. xxi, 640p

ENGENHARIA de segurança do trabalho na indústria da construção: acessos temporários de madeira: medidas de proteção contra quedas de altura: instalações elétricas temporárias em canteiros de obra . São Paulo: FUNDACENTRO, 2004. 93 p.

SALIBA, Tuffi Messias. **Manual prático de higiene ocupacional e PPRA: avaliação e controle dos riscos ambientais**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2011.

VIEIRA, Marcelino Fernandes; (Coord.) FUNDACENTRO. Recomendação técnica de procedimentos: medidas de proteção contra quedas de altura, NR 18, condições e meio ambiente do trabalho na indústria da construção. São Paulo: FUNDACENTRO: Ministério do Trabalho, 2005. 33 p.

Estatística Aplicada

Ementa: Cálculo de área e volume; Porcentagem; Termos da Estatística; Distribuição de frequência; Representação gráfica de dados estatísticos; Medidas de tendência Central; Medidas de dispersão; Probabilidade; Taxa de frequência e de gravidade de acidentes em segurança do trabalho.

Os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental; Educação para o Trânsito; Educação Alimentar e Nutricional e Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.

Bibliografia

CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística fácil**. 19. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática: contexto e aplicações: volume único: ensino médio**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2010.

SILVA, Sebastião Medeiros da; SILVA, Elio Medeiros da; SILVA, Ermes Medeiros da. **Matemática básica para cursos superiores**. São Paulo: Atlas, c2001.

Bibliografia complementar

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de estatística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GIOVANNI, J. R.; BONJORNO, J. R.; GIOVANNI JR, J. R. **Matemática Completa**. São Paulo: FTD, 2005.

GONZÁLEZ, Norton. **Estatística básica**. Rio de Janeiro (RJ): Ciência Moderna, 2008.

IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; DEGENSZAJN, David; PÉRIGO, Roberto; ALMEIDA, Nilze de. **Matemática: Ciências e Aplicações**. São Paulo: Saraiva, 2010.

NAZARETH, Helenalda Resende de Souza. **Curso básico de estatística**. Editora(s) Ática, 1999.

4.7.2. Ementas dos componentes optativos**Tópicos Especiais I**

Ementa: Análise de temas vinculados a SST no esocial, INSS, Fundacentro, Ministério de Previdência, Ministério do Trabalho e ForumAT. Uberização, plataformas digitais, precarização do trabalho.

Conforme o artigo 10, inciso II da Resolução nº 02/2012/MEC/CEB, os temas transversais contemplados na disciplina são: Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; Educação Ambiental; Educação para o Trânsito e Educação Alimentar e Nutricional.

Bibliografia

FALZON, Pierre (Ed.). Ergonomia. São Paulo: Blücher, 2007. xxi, 640p.

GUÉRIN, François et al. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo: Fundação Carlos Alberto Vanzolini: E. Blücher, 2001. xviii, 200 p.

WISNER, Alain; FUNDACENTRO. A inteligência no trabalho: textos selecionados de ergonomia. São Paulo: FUNDACENTRO, 2003. 190 p.

Bibliografia complementar

<https://www.forumat.net.br/fat/index.php>

<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br>

<https://www.gov.br/fundacentro/pt-br>

Tópicos Especiais II

Ementa: Seminários e estudos de casos relacionados a SST, inovação e tecnologias em SST, Realização de cursos específicos da área de SST na escola virtual do governo federal.

Conforme o artigo 10, inciso II da Resolução nº 02/2012/MEC/CEB, os temas transversais contemplados na disciplina são: Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; Educação Ambiental; Educação para o Trânsito e Educação Alimentar e Nutricional.

Bibliografia

FDANIELLOU, François; SIMARD, Marcel; BOISSIÈRES, Ivan. Fatores humanos e organizacionais da segurança industrial: um estado da arte. França: Foncsi, 2009. 117 p. (Les Cahiers de La Sécurité Industrielle 2013-07). ISBN 21003874.

WISNER, Alain; FUNDACENTRO. A inteligência no trabalho: textos selecionados de ergonomia. São Paulo: FUNDACENTRO, 2003. 190 p.

MONTEIRO, Antonio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 478 p.

Bibliografia complementar

<https://www.escolavirtual.gov.br/>

<https://www.gov.br/fundacentro/pt-br>

<https://www.ilo.org/brasil/lang--pt/index.htm>

4.8 Expedição de Diploma e Certificados

Àquele que concluir com aprovação todos os componentes curriculares que compõem a organização curricular desta Habilitação Técnica de Nível Médio será conferido o diploma de TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO com validade nacional.

Os diplomas de técnico de nível médio devem explicitar o correspondente título de Técnico em XXX. Os históricos escolares que acompanham os certificados e/ou diplomas devem explicitar os componentes curriculares cursados, de acordo com o correspondente perfil profissional de conclusão, explicitando as respectivas cargas horárias, frequências e aproveitamento dos concluintes.

5. Corpo docente e técnico administrativo em educação

5.1. Corpo docente

Docente	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação	Endereço de e-mail	Telefone
Ana Carolina Vieira Rodriguez	1856554	Dedicação exclusiva	Mestre	ana.rodrigues@ifc.edu.br	(49) 3533-4919
Eliana Teresinha Quartiero	2311418	Dedicação exclusiva	Doutora	eliana.quartiero@ifc.edu.br	(49) 3533-4919
Fernanda Zanotti	1942844	Afastada para o	Mestre	fernanda.zanotti@ifc.edu.br	(49) 3533-4932

		doutorado			
Gabriel Schmitt	2860764	Dedicação exclusiva	Doutor	gabriel.schmitt@ifc.edu.br	(49) 3533-4919
Jacob Michels	1046843	Dedicação exclusiva	Mestre	jacob.michels@ifc.edu.br	(49) 3533-4932
Leonardo Rodrigues Thomaz Bridi	1902125	Dedicação exclusiva	Mestre	leonardo.bridi@ifc.edu.br	(49) 3533-4932
Marcia Elizabete Schüler	201945	Afastada para o doutorado	Mestre	marcia.schuler@ifc.edu.br	(49) 3533-4932
Marcos Roberto Mesquita	1056876	Dedicação exclusiva	Doutor	marcos.mesquita@ifc.edu.br	(49) 3533-4922
Mariah Raush Pereira	2257591	Dedicação exclusiva	Mestre	mariah.pereira@ifc.edu.br	(49) 3533-4932
Patricia Bongiovani	3228983	Substituta	Especialista	patricia.bongiovani@ifc.edu.br	(49) 3533-4932
Rosângela Aguiar Adam	1763038	Dedicação exclusiva	Mestre	rosangela.adam@ifc.edu.br	(49) 3533-4910

5.2. Coordenação de curso

Docente	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação	Endereço de e-mail	Telefone
Marcos Roberto Mesquita	1056876	Dedicação exclusiva	Doutor	marcos.mesquita@ifc.edu.br	(49) 3533-4922

5.3. NDB

Docente	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação	Endereço de e-mail	Telefone
Eliana Teresinha Quartiero	2311418	Dedicação exclusiva	Doutora	eliana.quartiero@ifc.edu.br	(49) 3533-4919
Everson William Batista	2163217	Técnico	Graduado	everson.batista@ifc.edu.br	(49) 3533-4900

Jacob Michels	1046843	Dedicação exclusiva	Mestre	jacob.michels@ifc.edu.br	(49) 3533-4932
João Hemkemaier	1132635	Dedicação exclusiva	Mestre	joao.hemkemaier@ifc.edu.br	(49) 3533-4932
Juciara Cordeiro	1884350	Técnico	Especialista	juciara.cordeiro@ifc.edu.br	(49) 3533-4900
Leonardo Rodrigues Thomaz Bridi	1902125	Dedicação exclusiva	Mestre	leonardo.bridi@ifc.edu.br	(49) 3533-4932
Marcos Roberto Mesquita	1056876	Dedicação exclusiva	Doutor	marcos.mesquita@ifc.edu.br	(49) 3533-4922
Mariah Raush Pereira	2257591	Dedicação exclusiva	Mestre	mariah.pereira@ifc.edu.br	49) 3533-4932
Patricia Bongiovani	3228983	Substituta	Especialista	patricia.bongiovani@ifc.edu.br	49) 3533-4932

5.4. Colegiado

Docente	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação	Endereço de e-mail	Telefone
Eliana Teresinha Quartiero	2311418	Dedicação exclusiva	Doutora	eliana.quartiero@ifc.edu.br	(49) 3533-4919
Everson William Batista	2163217	Técnico	Graduado	everson.batista@ifc.edu.br	(49) 3533-4900
Jacob Michels	1046843	Dedicação exclusiva	Mestre	jacob.michels@ifc.edu.br	(49) 3533-4932
Leonardo Rodrigues Thomaz Bridi	1902125	Dedicação exclusiva	Mestre	leonardo.bridi@ifc.edu.br	(49) 3533-4932
Marcos Roberto Mesquita	1056876	Dedicação exclusiva	Doutor	marcos.mesquita@ifc.edu.br	(49) 3533-4922
Mariah Raush Pereira	2257591	Dedicação exclusiva	Mestre	mariah.pereira@ifc.edu.br	49) 3533-4932
Patricia Bongiovani	3228983	Substituta	Especialista	patricia.bongiovani@ifc.edu.br	49) 3533-4932
Katia Puff		Discente			

5.5. Corpo Técnico Administrativo em Educação

Nome	Cargo	Titulação
Ana Claudia Cagnin	Assistente em administração	Especialista
Ana Claudia dos Santos	Auxiliar de biblioteca	Ensino médio
Anderson Correa Gonçalves	Técnico em Agropecuária	Especialista
Angela Maria Crotti da Rosa	Assistente em administração	Especialista
Antoninho Baldissera	Pedagogo/Orientador Educacional	Especialista
Bruno José Dani Rinaldi	Técnico em Laboratório/Área: Química	Mestre
Camila Zanette Zuanazzi	Assistente em administração	Graduado
Carla Genoveva Santin Fernandes	Assistente em administração	Especialista
Caroline Vian Spricigo	Assistente em administração	Especialista
Cassiana Schmidt	Assistente em administração	Especialista
Daniel Manenti	Técnico em laboratório/Área: Automação Industrial	Especialista
Danieli Vieceli	Psicóloga	Mestre
Deise Dallposso	Assistente de alunos	Graduado
Denise Danielli Pagno	Técnica em assuntos educacionais	Mestre
Diego Alan Pereira	Técnico de Tecnologia da Informação	Especialista
Edwin Albert Muller	Técnico Audiovisual	Especialista
Eliana Silva da Silva	Assistente de alunos	Especialista
Everson Willian Batista	Técnico em Segurança do Trabalho	Especialista
Felipe Ribas	Auxiliar em Administração	Especialista
Gabriela Frizzo Patrício	Técnica em assuntos educacionais	Mestre

George Vanz	Analista de tecnologia da informação	Mestre
Giovana von Mecheln Lorenz	Assistente em administração	Graduado
Gislaine Julianotti Carlesso	Administradora	Mestre
Glenio Gomes Nazareno	Técnico em Agropecuária	Mestre
Grasiele Reisdorfer	Auxiliar de biblioteca	Especialista
Grazieli Ferreira da Rosa Silveira	Enfermeira	Mestre
Josiane Bonetti	Assistente em administração	Especialista
Juciara Ramos Cordeiro	Assistente Social	Mestre
Juliana Carla Bauerle Motta	Jornalista	Mestre
Liliane Josefa Orso Pinheiro	Contadora	Mestre
Lizete Camara Hubler	Técnica em assuntos educacionais	Mestre
Loriane Vicelli	Técnica em assuntos educacionais	Especialista
Luana de Araujo Huff	Assistente em administração	Doutora
Marcelo Diel	Técnico em Agropecuária	Mestre
Maria José de Castro Bomfim	Programador Visual	Especialista
Marion Schmidt	Assistente administrativo	Especialista
Matheus Bisso Sampaio	Analista de tecnologia da informação	Especialista
Monica Aparecida Schramm da Silva	Assistente administrativo	Especialista
Nelson Magalhães de Oliveira	Bibliotecário/Documentalista	Especialista
Patrícia Frizzo Zientarski	Assistente em administração	Mestre
Paulo Bruschi	Auditor	Especialista
Rafaela Agostini	Auxiliar de biblioteca	Especialista

Ricardo Kohler	Técnico de Tecnologia da Informação	Mestre
Rodrigo Zuffo	Assistente em administração	Mestre
Rosana de Oliveira	Técnica em assuntos educacionais	Especialista
Rosane Goularte	Técnica em assuntos educacionais	Mestre
Rosicler Zancanaro Bernardi	Técnica em assuntos educacionais	Especialista
Samantha Vanin Felchilcher	Auxiliar de biblioteca	Especialista
Sandra Cristina Martini Rostirola	Técnica em assuntos educacionais	Mestre
Silvia Marina Rigo	Auxiliar em Administração	Mestre
Soraia Correa Mercante	Nutricionista	Mestre
Tatiana Zuffo de Castilha	Assistente de alunos	Especialista
Tatiele Bolson Moro	Técnico de Tecnologia da Informação	Doutora
Thales Fellipe Guill	Assistente em administração	Mestre
Tiago Heineck	Técnico de Tecnologia da Informação	Mestre
Tiago Possato	Técnico em Laboratório/Área: Eletroeletrônica	Graduado
Vanessa Bettoni	Assistente em administração	Mestre

NEAD campus Videira

Tatiele Bolson Moro	Técnico de Tecnologia da Informação	Mestre
Diego Alan Pereira	Técnico de Tecnologia da Informação	Especialista

5.6. Políticas de Capacitação para Docentes e Técnicos Administrativos em Educação

As capacitações no campus acontecem às quartas-feiras no período da tarde e são organizadas pela DEPE. Os temas tratados são variados e envolvem questões como curricularização do ensino, da pesquisa e da extensão; questões ligadas à avaliação e à permanência e êxito dos discentes, entre outros. Em relação à capacitação no curso, ela se dá a partir de um projeto de extensão chamado “Café com Segurança”, que oferece palestras e formações para os professores e estudantes do curso sobre temas que são importantes na área. Os palestrantes do “Café com Segurança” são profissionais e professores de outras organizações.

6. Instalações físicas

6.1. Biblioteca

Uma biblioteca com área de 630 m² com acervo integrado com as demais bibliotecas do Campi do IFC. Ressalta-se, que as bibliografias previstas para este curso se encontram disponíveis na biblioteca do Campus. Porém, há recurso disponibilizado pela direção para ampliação das mesmas.

6.2. Áreas de ensino específicas

BLOCO PEDAGÓGICO

- Recepção;
- Oito gabinetes para professores;
- Sala de acessória da coordenação geral de ensino;
- Sala da coordenação geral de ensino;
- Duas salas de reuniões;
- Sala de convivência;
- Três banheiros; e
- Salas das coordenações de cursos.

BLOCO ADMINISTRATIVO

- Recepção;
- Sala da direção;
- Sala da direção do departamento de educação;
- Coordenação especial de comunicação;
- Departamento de recursos humanos;
- Departamentos de infraestrutura e transporte;
- Departamento de administração e finanças;
- Departamento de compras e contratos;

- Sala de reuniões e videoconferência; e
- Setor de tecnologia da informação.

BLOCO DE SALA DE AULAS

- Coordenação de Assistência ao Estudante;
- Laboratório de Segurança do Trabalho;
- Brinquedoteca – Curso de Pedagogia;
- Laboratório de Hardware;
- Núcleo Pedagógico - NUPE;
- Mini auditório;
- Sala de reuniões;
- Setor de extensão;
- Setor de pesquisa;
- Copa;
- Reprografia;
- Dez banheiros com acessibilidade;
- Um elevador;
- Área de convivência;
- 20 salas de aula, todas com ar-condicionado, lousa e datashow.

CAMPO EXPERIMENTAL

- Área cultivada com frutíferas;
- Área cultivada com forrageiras;
- Horta;
- Culturas anuais;
- Área destinada às práticas de paisagismo e jardinagem;
- Mata nativa para realização de práticas de Silvicultura;
- Nascente protegida com sistema caxambú e
- Sistema de irrigação por aspersão.

6.3. Área de esporte e convivência

- Biblioteca (630 m²)
- Auditório (520 m²)
- Ginásio poliesportivo (1.592,50 m²)
- Refeitório (506,87 m², divididos em cozinhas, carga e descarga de alimentos e resíduos e praça de alimentação);
- Cantina (298,84 m²);
- Lago com aproximadamente 9000 m² de espelho d'água.

O laboratório de segurança do curso técnico em segurança do trabalho se constitui em um espaço que possibilita aos discentes práticas diversas relacionadas à área de conhecimento da segurança e saúde do trabalhador. Nesse local existem armazenados vários exemplos de equipamentos de proteção individual (máscaras respiratórias e de proteção facial, luvas, cremes, protetores auditivos, jalecos, calçados de segurança, perneiras, capacetes, cintos de segurança) e objetos de estudo, como extintores, maquetes, livros, apostilas. Além desses equipamentos existem também um conjunto de partes de corpo humano (em material plastificado) que permite o estudo do efeito da toxicidade nos vários órgãos vitais e também bonecos para a prática de procedimentos de primeiros socorros e simulações de situações de emergência. Como forma de aprimorar as capacidades de avaliação de riscos no ambiente, o laboratório conta com instrumentos de medição de riscos: dosímetro de ruído, medidor de IBUTG, CO₂, Luxímetro, entre outros. Todos esses objetos estão devidamente catalogados e armazenados em caixas identificadas para facilitar as atividades de uso e guarda de materiais que são utilizados nas aulas teórico-práticas. Existem duas mesas com conjunto de 20 cadeiras que possibilitam a formação de dois grupos de 10 pessoas para realização de atividades pedagógicas específicas.

Devido ao fato de existirem disciplinas de segurança do trabalho nos cursos subsequentes de eletrônica, eletrotécnica e nas graduações de Engenharia Elétrica e Agronomia, o laboratório também possibilita a prática de atividades para os discentes desses cursos.

6.4. Área de atendimento ao estudante

O IFC Campus Videira conta com atendimento de apoio pedagógico que inclui as demandas no aspecto psicopedagógico, social e de saúde visando atender o estudante de maneira integral, considerando principalmente o que preconiza a política nacional de permanência de estudantes - PNAEs (Programa Nacional de Assistência Estudantil). Desse modo, a condição socioeconômica, que em muitas situações inviabilizaria o acesso ou mesmo a permanência do estudante, é amparada desde o acompanhamento individual e familiar até a transferência de recursos financeiros aos estudantes comprovadamente em situação de vulnerabilidade.

Além disso, questões de saúde, psíquicas e emocionais, fundamentais para o bem-estar do estudante e seu pleno desenvolvimento são atendidas de maneira a promover uma adaptação e contribuir para a conclusão com êxito do estudante inserido.

O trabalho multidisciplinar, supervisionado pela Coordenação e Direção de ensino, envolve o SISAE (Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional), orientação educacional e a equipe de AEE (Atendimento Educacional Especializado).

Assim, os estudantes são avaliados e acolhidos na sua individualidade e limitações recebendo atendimento diferenciado a partir das necessidades específicas. Estes profissionais estão envolvidos nas diferentes atividades ligadas ao ensino, desde o ingresso até a conclusão, o que possibilita o suporte e implementação de ações junto aos alunos visando o acesso e permanência com êxito acadêmico.

7. Referências

BRASIL. MEC - Ministério de Educação. **Educação Profissional de nível médio integrada ao Ensino Médio**. Brasília, 2007.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, v. 145, n. 253, p. 1, 30 dez., 2008. Seção 1.

_____. Lei 13.005, 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, v. 151, n. 120-A, p. 1, 26 jun., 2014. Edição Extra.

_____. Lei 11.741, 16 de julho de 2008. **Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm> Acesso em: 11 abr. 2019.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 11 abr. 2019.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, v. 147, n. 137, p. 5, 20 jul., 2004. Seção 1.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação omnilateral**. In: Caldart, Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.) Dicionário da Educação do campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p.265-272.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Diretrizes para a Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio no IFC**. Blumenau, 2019.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. Blumenau, 2014.

_____. Resolução CONSUPER n. 10/2021. **Organização Didático Pedagógica do IFC**. Blumenau, 2021.

RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica**. In: MOLL, Jaqueline et al. Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.